

# Acção **Socialista**

Nº 1196 - 7 Maio 2003

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva  
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



## SOCIALISTAS PELA QUALIFICAÇÃO

*O Partido Socialista desenvolve, esta semana, um conjunto de iniciativas políticas nas áreas da Educação, da Ciência e da Cultura sob o lema «Portugal com mais Futuro - Qualificação é a solução».*

*Assim procura demonstrar que, ao contrário do que faz o actual Governo, a política para o desenvolvimento tem de dar prioridade absoluta à qualificação das pessoas*

3



### EUROPA

*Vitória de António Campos: pela primeira vez a Comissão Europeia revela os 100 mais beneficiados com subsídios agrícolas em cada estado-membro*

15

### ACTUALIDADE

*PS contra envio de forças portuguesas para o Iraque sem mandato internacional*

3

### ENTREVISTA

*Francisco Assis à reconquista da Área Metropolitana do Porto*

5

### REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

*PSD não honra a palavra dada*

12

**DIAS 9 E 10 DE MAIO, DECORREM AS ELEIÇÕES  
DO DEPARTAMENTO DE MULHERES DO PARTIDO SOCIALISTA  
PARTICIPE**



# AS DIFERENÇAS SÃO EVIDENTES A ACÇÃO MAIS DO QUE NUNCA NECESSÁRIA

1. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista leva a efeito, entre 6 e 14 do corrente mês de Maio, um conjunto de iniciativas públicas subordinadas ao lema "Portugal com mais futuro: qualificação é a solução". Estas iniciativas compreendem visitas ao Museu Nacional de Etnologia e ao Pavilhão do Conhecimento, reuniões ao mais alto nível com parceiros representativos do ensino superior, a apresentação pública de dois documentos de balanço e crítica da actuação dos Ministérios da Educação, da Ciência e Ensino Superior e da Cultura, a organização de um debate público sobre Educação e Ciência e uma declaração política de fundo no plenário da Assembleia da República. Este número do "Acção Socialista" já se faz, naturalmente, eco de algumas dessas iniciativas.

Aqui, gostaria de pôr em relevo o seu sentido político principal. Para o PS, a base do desenvolvimento está nas pessoas: na formação e qualificação das pessoas, na solidariedade entre as pessoas, no trabalho e no espírito de empreendimento das pessoas. Por isso, concedemos, quando estivemos no Governo, e continuamos a conceder, agora que somos Oposição, a máxima centralidade às políticas de bem-estar social e de qualificação. Estamos atentos e activos em todos os domínios que permitem melhorar as capacidades e as competências dos cidadãos e permitem incrementar as condições de vida e as oportunidades de cultivação e lazer das nossas cidades, vilas e aldeias.

A direita, mesmo que seja obrigada, por aquela homenagem que o vício presta à virtude, a valorizar também, em palavras, a área da qualificação, faz, na prática, exactamente o contrário. Basta olhar para o Orçamento do Estado para 2003: a Ciência, a Educação e a Cultura são as áreas mais penalizadas. As políticas de educação básica e secundária e de ensino superior são orientadas por uma lógica de contra-reforma, na investigação e divulgação científica a preocupação essencial parece ser destruir o que de bom a governação socialista havia conseguido, na cultura reina a paralisia.

Para quem tivesse dúvidas da diferença entre a esquerda e a direita, aí está a prova. A esquerda democrática dá prioridade à qualificação, a direita menoriza quando não hostiliza a qualificação.

2. A quinzena mostrou, porém, que não é só nas políticas educativas e sociais que se distinguem claramente os projectos e as práticas do PS e do PSD-PP. Em matéria de política económica e financeira, separa-as um abismo. Como a última página deste número mais uma vez exemplifica, num rosário de números da crise económica e social que ameaça eternizar-se, o Governo tem uma visão profundamente errada e perniciososa de como se promove o equilíbrio das contas públicas e de como se estimula o investimento e o emprego. Para o Governo, o investimento e o emprego são os primeiros objectivos a ser sacrificados no altar do défice orçamental. Consequência: agrava-se a crise económica, a recessão instala-se, o espectro do desemprego, da redução dos salários e da violação dos direitos abate-se sobre centenas de milhares de trabalhadores e suas famílias. Consequência, para as próprias finanças públicas: crescem as despesas da segurança social, há menos actividade, logo pagam-se menos impostos, isto é, a receita baixa e a despesa aumenta, portanto o défice dispara... A actual política económica e financeira, a não ser invertida, agravará o défice!

Mais uma diferença clara, pois. Para o PS, o objectivo é o desenvolvimento, que promove o emprego, a coesão social e territorial, a inovação e o crescimento. Para a direita, o objectivo é beneficiar a especulação bolsista, atacar o investimento público e o serviço público.

3. Não admira que, neste cenário de crise instalada e de indiferença ou inépcia do Governo, o tom do 1º de Maio tenha sido de preocupação e protesto. Nenhuma central sindical se revê no texto do Código do Trabalho que a maioria de direita impôs no Parlamento,

nenhuma central sindical se sente minimamente confortada com o arremedo de medidas brandidas pelo Ministério da Segurança Social, nenhuma central sindical poupa as críticas à política financeira. Todos reclamam a mudança de políticas, o combate à crise, a promoção do investimento e do emprego.

O Governo, esse, prefere gastar não se sabe quantos milhares e milhares de euros na publicação de um livro luxuoso e auto-laudatório, suposto balanço de um ano de actividade concebido à maneira dos regimes autocráticos. Balanço? O mais exacto é dado pelos números e os factos da crise!

4. Diferenças nas políticas de educação e cultura, diferenças na política económica e financeira. Mas diferenças também, e claríssimas, na ética política e no sentido de Estado. Foi vergonhoso, como nestas páginas se recorda, o comportamento do PSD em matéria de lei do financiamento dos partidos: rompeu unilateralmente um acordo de regime a dois dias do prazo estabelecido e preferiu ceder à demagogia e ao populismo, em vez de construir responsabilmente uma solução de fundo e de presente para o grave problema do financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais.

E ainda agora, a propósito de casos onde, presumida como deve ser a inocência das pessoas, pesam contudo sobre comportamentos políticos suspeitos que perturbam o funcionamento de instituições básicas da democracia, o que faz o PS? Diz, como em relação à Câmara de Felgueiras, que o melhor é clarificar politicamente, por via eleitoral, a situação, devolvendo ao povo o poder de escolha. Que fazem o PSD e o PP? Escondem-se, obstruem a actividade dos tribunais, recusam-se a retirar consequências políticas de casos como o da Moderna e o de Agueda.

5. Não é preciso, pois, gastar muito tempo para perceber bem quão contrários são os projectos e os padrões de comportamento dos socialistas e da direita. O que é preciso é agir. Agora, que os ciclos de eleições internas no PS se aproximam do seu fim, com a iminente eleição da direcção do Departamento das Mulheres Socialistas e a próxima eleição das Concelhias, agora que as novas presidências e secretariados das Federações estão instalados, as palavras só podem ser mobilização e acção, sobretudo, acção, no terreno, para devolver a esperança aos portugueses.

Peço a devida vénia ao organizador e à editora para citar, da "Antologia Poética" preparada por Vasco Graça Moura para o Círculo de Leitores (Lisboa, 1988), um bellissimo poema do saudoso Vitorino Nemésio. No mundo que nomeamos podemos e devemos inscrever uma esperança.

## Nomeio o mundo

Com medo de o perder nomeio o mundo,  
Seus quantos e qualidades, seus objectos,  
E assim durmo sonoro no profundo  
Poço de astros anónimos e quietos.

Nomeiei as coisas e fiquei contente:  
Prendi a frase ao texto do universo.  
Quem escuta ao meu peito ainda lá sente,  
Em cada pausa e pulsação, um verso.



AUGUSTO SANTOS SILVA



*Para o PS, o objectivo é o desenvolvimento, que promove o emprego, a coesão social e territorial, a inovação e o crescimento. Para a direita, o objectivo é beneficiar a especulação bolsista, atacar o investimento público e o serviço público.*

## 7 POR CENTO

ANTOONIO COLAÇO

- MANUELA, OU É DA MINHA VISTA  
TEMOS CADA VEZ MAIS DESEMPREGO  
À VISTA



## EM CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

## SOCIALISTAS LANÇAM "SEMANA DA QUALIFICAÇÃO" E FAZEM BALANÇO NEGRO DA POLÍTICA CULTURAL

Em conferência de imprensa realizada, ontem, na Assembleia da República, os deputados António Costa, Ana Benavente, Augusto Santos Silva e Manuel Maria Carrilho abriram o conjunto de iniciativas que o Grupo Parlamentar do PS organiza nas áreas da Educação, Cultura e Ciência, sob o lema: "Portugal com mais futuro – qualificação é a solução".

O programa de iniciativas inclui o lançamento do livro "Dias Cinzentos", uma obra sobre um ano de Governo na Educação e na Ciência, a visita ao Pavilhão do Conhecimento e ao Programa Ciência Viva, e reuniões com o Conselho dos Reitores das Universidades Portuguesas, Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado. Na terça-feira, dia 13, decorrerá um debate público.

O primeiro dia da Semana da Qualificação foi dedicado à Cultura. Os deputados socialistas visitaram o Museu Nacional de Etnologia e procederam, depois, na conferência de imprensa, à análise crítica de um ano de mandato do Governo de direita no domínio da Cultura.

O Governo padece de "desorientação política" e falta-lhe impulso: eis o teor do balanço político que o Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) fez de um ano "negro" de inação no sector cultural, responsabilizando o Executivo pelo problema e alertando para "consequências pesadas" que este terá para o País.

"Paralisação", "abdicção" e "desorientação" foram as palavras escolhidas por Manuel Maria Carrilho para fazer uma síntese da actual política cultural de direita, sublinhando ainda a falta de iniciativas e o desinvestimento financeiro no sector.

"Ao longo de 2002, o Ministério da Cultura foi um dos mais penalizados com os sucessivos cortes orçamentais operados pelo Governo, bem como pelas



restrições sofridas pela administração pública", afirmou o ex-ministro da tutela. Utilizando os números relativos ao orçamento para a Cultura, Manuel Maria Carrilho sublinhou a existência de uma clara regressão nesta área, afirmando que valores como os actuais só se verificavam há dez anos atrás. Deste modo, mesmo o Património, uma área "supostamente prioritária para o PSD", sofreu um radical corte de verbas, com menos 26,2 por cento de financiamentos para os museus e menos 7,1 por cento no IPPAR.

Os livros e as bibliotecas viram as suas verbas descerem 17,7 pontos percentuais, enquanto as companhias nacionais de teatro, bailado e ópera, bem como as orquestras nacionais tiveram menos 13,4 por cento de fundos.

Tudo isto, somado ao corte orçamental de 19,1 por cento no IPAE faz com que os socialistas acusem o Governo de "maltratar a Cultura", consciente e deliberadamente.

Referindo-se ainda à "desarticulação do cinema e do audiovisual", Carrilho concluiu que "há um ar devastado e desolador na Cultura", salientando igualmente que o PS lamenta a situação e que irá procurar, dentro dos seus

meios, alterar este panorama.

O deputado manifestou ainda grande preocupação face à ausência de soluções para o futuro de projectos como a Casa da Música, no Porto, o atraso na criação do Museu do Côa – "que corre o risco de perder os fundos comunitários de apoio" – e o não avanço de decisões como a fusão de quatro institutos.

Este balanço "crítico" foi sublinhado por Augusto Santos Silva, que deixou um conjunto de alertas, caso não surjam reforços financeiros ou legislação que cubra certas áreas como é o caso do património.

As consequências "de qualquer iniciativa mal medida de enfraquecimento e desmembramento" do Instituto Português do Património Arquitectónico serão "devastadoras para o património português", advertiu.

O deputado recordou ainda que a Estrutura de Missão da Rede Portuguesa de Museus deverá terminar o seu mandato ainda este mês e, caso não sejam tomadas medidas "será criado um vazio insustentável".

### Sem recursos

Recorde-se que o balanço socialista da performance governativa na área da Cultura foi dado a conhecer numa conferência de imprensa realizada após uma visita ao Museu de Etnologia que abriu, ontem, a "semana pela qualificação dos portugueses" do GP/PS.

Nesta deslocação, os deputados socialistas foram guiados pelo director do referido espaço, para quem o principal problema dos museus nacionais deriva da escassez de recursos diversos. Joaquim Pais de Brito falou da recente e significativa ampliação do recinto e das ideias inovadoras para apresentação do espólio, mas queixou-se de falta de quadros, de meios, de dinheiro, de público e de uma formação específica para o sector.

## COMUNICADO

## PS CONTRA ENVIO DE FORÇAS PORTUGUESAS SEM AVAL DA ONU

É com preocupação que o PS está a acompanhar, pelos órgãos de comunicação social, a preparação da opinião pública que o Governo ensaia com o propósito de vir a enviar uma força de segurança para o Iraque, integrada por militares ou elementos da GNR ou da PSP, no âmbito duma dita «missão de estabilização» organizada pelas potências que ocupam actualmente o Iraque, à margem do Direito Internacional e no seguimento da guerra que conduziram sem mandato das Nações Unidas. O PS afirma que só poderá apoiar o envio de forças portuguesas, sejam militares, para-militares ou policiais, para participar em qualquer missão no Iraque, desde que tal intervenção seja internacionalmente legitimada. De acordo com o Direito Internacional, essa legitimação só pode provir da ONU, mesmo se houver acordo para missões no âmbito da UE ou da NATO, que o PS veria favoravelmente. Não basta, assim, receber um pedido específico das forças que actualmente ocupam o Iraque para se apreciar duma eventual participação portuguesa em missões de segurança. O PS não tem dúvidas de que os militares, forças militarizadas e de segurança, aceitam pôr as suas próprias vidas ao serviço de missões em defesa dos interesses e do prestígio nacional. Mas, para isso, é fundamental que a legalidade internacional de tais missões seja inquestionável. E também por isso não pode, moral e legalmente, pedir-se a soldados, guardas ou policiais portugueses que vão para o Iraque arriscar as suas vidas a cumprir tarefas de manutenção da lei e ordem ou de facilitação da assistência humanitária que as forças ocupantes não queiram ou não possam assegurar, como é sua estrita obrigação, nos termos das Convenções de Genebra.

A guerra pode ter terminado, mas as hostilidades não cessaram ainda. Não está demonstrado que esta guerra tenha servido a luta contra o terrorismo, pois não estão até hoje comprovadas as ligações do regime ditatorial de Bagdad com as redes do terrorismo internacional, tanto como ainda não foram encontradas provas da existência de armas de destruição massiva, a principal justificação avançada para a ofensiva contra o Iraque.

O PS rejeita totalmente a propaganda que tende a fazer crer que uma participação portuguesa numa força de segurança no Iraque poderia criar condições para uma fácil e vantajosa admissão de empresas nacionais na reconstrução do Iraque.

O PS veria com bons olhos que o Governo português, se está efectivamente preocupado com a crise humanitária, política e de segurança que a guerra desencadeou no Iraque, se tivesse já disponibilizado para receber feridos iraquianos que não encontram tratamento no seu país. O PS recomenda ao Governo que se mobilize, em concerto com os parceiros da UE, na acção diplomática para recentrar a administração provisória do Iraque no âmbito da ONU. E que disponibilize meios para facilitar o trabalho das ONG's portuguesas e internacionais ou agências da ONU que se encontram já a prestar assistência ao povo iraquiano, apesar de todos os obstáculos. E, ainda, que se aplique em exigir às forças ocupantes do Iraque que facilitem o acesso e o trabalho a essas organizações humanitárias, incluindo as agências da ONU.

O PS reitera a defesa de valores e princípios de Direito Internacional em que se funda o Estado de direito, democrático, que constituiu a República Portuguesa e rejeita totalmente a tese oportunista de que Portugal deve estar em toda a parte mesmo se isso implicar servir acriticamente quem despreze os mais elementares princípios de Justiça, Direitos Humanos e legalidade regulamentadores da convivência internacional desde 1945.

## PARQUE ARQUEOLÓGICO EM RISCO

## FEDERAÇÃO DA GUARDA CONDENA RELOCALIZAÇÃO DO MUSEU DO CÔA

A Federação do PS/Guarda condenou categoricamente a relocalização do Museu de Arte Arqueológica do Vale do Côa, por considerar que, com tal decisão, o Governo de direita fez regredir o projecto até ao seu ponto zero, podendo mesmo levar a definitividade do Parque e à perda de fundos comunitários.

A posição de descontentamento foi assumida, no passado dia 5, em comunicado, frisando-se que "tudo ficou em causa, não só a localização, mas também o programa e a tutela" deste espaço.

Crítico e severamente a desresponsabilização e o atirar de culpas do

Ministério da Cultura para a tutela das Finanças, o PS/Guarda lembrou que a construção de um Museu do Côa é um compromisso do Estado português, no quadro do processo de classificação, pela UNESCO, do conjunto das gravuras como Património Mundial da Humanidade, em 1997.

Recordou, igualmente, que "o arrastar dos procedimentos para a construção do museu põe em risco a utilização de fundos comunitários, só disponíveis até 2006". Ou seja, "hoje temos sérias dúvidas que algum dia se construa o Museu do Côa", afirma, sublinhando depois os "riscos evidentes" que essa decisão comporta.

### GP/PS exige informações sobre empreendimento

Preocupados com o futuro do Museu de Arte Arqueológica do Côa e com os atrasos e "ziguezagues" do lançamento da primeira fase do Concurso de Ideias a este associado, os deputados Fernando Cabral, Cristina Granada, Augusto Santos Silva, Ana Benavente Manuela Melo, Luís Fagundes Duarte, Jámila Madeira, Rosalina Martins e Joaquim Pina Moura apresentaram um requerimento em que exigem à tutela que faça o ponto de situação do plano de trabalho de projectos e da obra.

MR.

# SAMPAIO ELEGE INOVAÇÃO COMO DESÍGNIO NACIONAL

*O Presidente da República elegeu a inovação, que considerou ser um factor decisivo de sucesso no mundo competitivo dos nossos dias, como um novo designio nacional. "Fazer de Portugal um país de inovadores e de inovação", foi o desafio lançado por Sampaio no discurso que proferiu na cerimónia de lançamento da Cotec Portugal, uma associação constituída por 100 das maiores empresas, no último dia da sua presidência aberta dedicada à inovação, em que visitou empresas de sucesso.*

"A melhoria da produtividade e o aumento da competitividade das empresas que actuam em Portugal é o objectivo último desta iniciativa", afirmou Sampaio, na cerimónia realizada no Palácio da Ajuda, que contou com a presença do Rei de Espanha, Juan Carlos, a quem se deve a formação da Cotec Espanha, associação congénere criada há mais de uma década no país vizinho.

Sallentando que a inovação no nosso país "não pode ser abandonada à sorte do livre jogo do mercado", o Presidente da República defendeu que "precisamos de um Estado regulador e orientador, que dê bons exemplos, que puxe pelo mercado, incentive a inovação e crie um ambiente que lhe seja propício".

Jorge Sampaio sublinhou que a promoção da inovação representa a aceitação de "um triplo desafio".

Para as empresas, "a reforma da sua organização e logística, a criação de sistemas de apoio à decisão e a flexibilização da estrutura das operações".

Relativamente ao mercado de capitais, o Presidente da República considerou que o desafio será a "flexibilização da oferta de produtos e serviços à altura das oportunidades de negócios e da procura empresarial inovadora".

Finalmente, para as escolas, "a reforma da organização e motivação da investigação aplicada, ao encontro das necessidades das empresas, da gestão e satisfação dos seus clientes e das

necessidades de assistência aos seus sistemas de direcção".

Sampaio lembrou que a inovação científica, tecnológica e organizacional, que influencia a qualidade do investimento, é "um elemento imprescindível do crescimento moderno". Considerou, por isso, que a COTEC pretende "agir como catalisador", não se substituindo a ninguém, antes procurando "motivar para a inovação como instrumento fundamental do desenvolvimento do País, contribuindo assim para a sua maior coesão económica e social".

O Presidente alertou, no entanto, que a definição de estratégias ambiciosas e a aposta numa maior qualificação dos recursos humanos só poderão dar resultados se for reforçada a ideia de "parceria entre privados e destes com o público".

Para Sampaio, "ter a visão política de que as realidades económicas e sociais são cada vez mais complexas impõe, a todos, privados e público, abordagens integradas, com coordenações globais que anulem falsas e perniciosas independências".

Neste quadro, considerou que o papel do Estado é decisivo, porque "é preciso conciliar necessidades, interesses, oportunidades, regulamentos", salientando que "isso exige concertação estratégia Estado-empresas", defendeu. O Presidente da República agradeceu a



presença de Juan Carlos I, manifestando confiança no relacionamento entre Portugal e Espanha e no esforço conjunto dos dois países para "procurar convergências, acentuar a igualdade de oportunidades, concertar políticas e definir formas de cooperação e parcerias de áreas de interesse conjunto para os dois Estados".

"Fazer de Portugal um País de inovadores e de inovação tem de constituir um grande designio nacional, um objectivo solidariamente partilhado entre as actuais gerações", acentuou o chefe de Estado numa mensagem que repetiu nas jornadas realizadas ao longo de uma semana no Porto, Aveiro, Marinha Grande, Alentejo e Lisboa.

Nas visitas que efectuou a diversas empresas, organismos e universidades, em que fez questão de realçar os casos de sucesso que ocorrem no tecido empresarial português, Jorge Sampaio não se cansou de apelar a um maior investimento em inovação, melhor formação das pessoas, uma maior cooperação entre empresas e uma estreita ligação das universidades com as empresas.

"Enquanto as empresas financiarem tão pouco a investigação não vamos a lado nenhum", alertou, lembrando que o nosso modelo de desenvolvimento baseado na mão-de-obra barata está esgotado.

O Presidente da República apontou também a aposta na qualidade como decisiva para superar os constrangimentos que se colocam ao desenvolvimento do País. "O qualitativo é cada vez mais importante relativamente ao quantitativo", disse.

J. C. CASTELOBRANCO

## O QUE É A COTEC

A Associação para a Inovação Cotec, presidida por Murteira Nabo, com sede no Porto, integra cem das mais importantes empresas do País.

A nova associação, apadrinhada pelo Presidente da República que lançou a ideia num encontro com empresários no ano passado, tem como objectivo central promover o "aumento contínuo da produtividade" em Portugal, através da "inovação empresarial".

A Cotec pretende "desafiar" as entidades públicas para o aumento da investigação e o aproveitamento contínuo das novas tecnologias.



O Portugal Socialista está acessível na página oficial do internet do Partido Socialista.

Visite-nos

<http://www.ps.pt>

## 30 ANOS PARTIDO SOCIALISTA

Esta edição comemorativa dos 30 anos do Partido Socialista conta com os

contributos de Alberto Arons de Carvalho > Alberto Oliveira e Silva > António Amaut > António José Seguro > Desidério Lucas do Ó > Dieter Dellinger > Eduardo Ferra Rodrigues > Jantilla Madeira > João Gomes > José Apolinário > José Neves > Liberto Cruz > Luís Nunes da Ponte > Luís Roseira > Manuel Pedroso Marques > Margarida Marques > Maria Carolina Tito Morais > Maria de Jesus Barrosas > Mário Soares > Mário Sottomayer Cardia > Rodolfo Crispo > Roque Lino > Sérgio Sousa Pinto

À VENDA



ENTREVISTA AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

# FRANCISCO ASSIS QUER RECONQUISTAR ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

*Reconquistar a Área Metropolitana do Porto é um dos principais objectivos do novo presidente da Federação Distrital do Porto, Francisco Assis, que em entrevista ao "Acção Socialista" fala também da estratégia que deve ser seguida para que a região recupere importância em termos económicos e políticos. Sobre Rui Rio, afirma que ele tem revelado incapacidade e impreparação para exercer as funções de presidente da Câmara do Porto.*



**Que balanço faz da presidência do PSD e de Rui Rio à frente da Câmara do Porto?**

É um balanço muito negativo que é feito pela maioria dos portuenses. O dr. Rui Rio não foi capaz de mobilizar a opinião pública do Porto em torno de nenhuma grande causa nem projecto. Gastou as suas energias em disputas estereis com instituições, sectores e personalidades da cidade em lugar de as canalizar para a afirmação do Porto e da região no País. O dr. Rio, do meu ponto de vista, revelou incapacidade e até mesmo impreparação para exercer as funções de presidente da câmara.

**Tem dito várias vezes que o Porto tem vindo a perder força política e económica. O que deve ser alterado na estratégia de desenvolvimento e de afirmação da Área Metropolitana do Porto?**

É preciso reformular o estatuto das próprias áreas metropolitanas, alterando o modelo de organização, o método de financiamento e o sistema electivo, por um lado, e é necessário estabelecer uma articulação entre o poder político e as universidades, os grandes centros de investigação científica e tecnológica, o universo empresarial, o mundo cultural e as várias forças sociais, de modo a operar uma alteração do modelo de desenvolvimento económico. O nosso aparelho produtivo revela sinais de esgotamento, não evidencia em muitos casos capacidade de concorrer com

outras regiões e outros países e carece ser reformulado. Para isso é preciso um poder político mais forte que estabeleça uma articulação mais eficaz com o mundo envolvente.

**Que estratégia seria necessário implementar para o PS voltar a ser o partido mais votado no Porto nas próximas eleições autárquicas?**

O PS deve assumir-se como um grande partido de oposição capaz de apresentar um projecto metropolitano e distrital que se revele mobilizador da vontade de larguíssimos sectores da sociedade. Deve em cada um dos municípios apresentar soluções políticas credíveis com equipas apelativas e projectos consistentes. Isso implica neste momento a realização de um amplo trabalho de fundo por parte da distrital e das várias estruturas concelhias. Um PS que estude os problemas, apresente soluções, dialogue com a sociedade, mobilize largos sectores da mesma estará em condições de ganhar as próximas autárquicas.

**O que quer dizer quando afirma que os partidos políticos no Porto não têm assumido as suas responsabilidades perante a região e o País?**

Quero dizer, fundamentalmente, que os partidos políticos têm que se afirmar como grandes instâncias cívicas de reflexão e debate e, por outro lado, como grandes centros de promoção de

iniciativas políticas. Creio que os partidos políticos do Porto não têm desempenhado cabalmente essa função, permitindo que se projecte excessivas vezes uma imagem muito negativa de um distrito que tem extraordinárias tradições na nossa vida cívica e política.

**Quais são os seus grandes objectivos para este mandato à frente da Federação do PS/Porto?**

Fazer de novo do PS o partido liderante no plano do debate político de modo a transformar-se novamente a primeira força em termos autárquicos, contribuindo desta forma para o relançamento eleitoral do partido no plano nacional.

**A Federação do PS/Porto está unida na luta contra o predomínio do PSD e os restantes partidos da oposição na Área Metropolitana do Porto?**

Uma das minhas grande preocupações no imediato é a de unir todo o partido em torno de um projecto e de causas verdadeiramente mobilizadores. E se há objectivo do ponto de vista eleitoral que deve mobilizar as nossas energias é precisamente reconquistar a presidência da Área Metropolitana do Porto (AMP). Nós criámos a AMP e enquanto a liderámos ela foi valorizada e constitui um instrumento fundamental para a afirmação da região. Agora, sob a liderança do PSD, vive horas sombrias

vegetando numa inacção inaceitável. Em nome dos interesses da região, é vital recuperarmos a presidência da AMP. Essa é uma das minhas metas no plano eleitoral.

**Tem dito que tem um percurso, uma maneira de ser e um estilo de fazer política que o diferenciam das principais figuras políticas do Porto. Pode apontar essas diferenças?**

Até aqui tinha a preocupação, legítima, aliás, de anunciar essas diferenças. Agora, uma vez investido nestas funções, tenho a obrigação de as evidenciar. Prefiro diferir a resposta a essa pergunta no tempo, de modo a que as pessoas possam por elas próprias perceber a natureza dessas diferenças.

**Foi presidente de Câmara, líder parlamentar e agora é presidente de federação. Há algum outro cargo que gostasse de vir a desempenhar no futuro?**

Nunca perspectivei a vida política como uma carreira e por isso nunca tive qualquer obsessão com o desempenho de qualquer cargo em particular. Neste momento estou única e exclusivamente preocupado em desempenhar com sucesso esta função de presidente da Federação do Porto e, também, é claro, a de deputado. Quanto ao futuro, encaro-o com uma enorme liberdade. Jamais

serei prisioneiro de qualquer ambição particular.

**Como caracteriza a governação do primeiro-ministro Durão Barroso e as políticas do Governo?**

Como a maioria dos portugueses, faço uma apreciação muito negativa da acção do actual Governo. Tem uma única obsessão: o défice orçamental; um único argumento justificativo: atacar permanentemente o PS; e aparentemente uma única preocupação: sobreviver a qualquer preço. Não creio que tenha contribuído neste ano para a superação dos problemas estruturais que afectam a sociedade portuguesa e não foi capaz de enunciar um projecto consistente de desenvolvimento para o País e, pelo contrário, provocou o desânimo e o desalento na sociedade portuguesa.

**Que leitura faz do facto de o presidente da Câmara não se ter associado à vitória na Superliga do Futebol Clube do Porto?**

Sendo eu insuspeito em matéria de relações entre o mundo da política e o mundo lúdico do futebol, já que sempre me repugnaram relações excessivamente promiscuas entre ambos, não posso deixar de considerar que a forma acintosos como o dr. Rio tem tratado o Futebol Clube do Porto exprime bem a sua incapacidade para liderar esta cidade. Aliás, o dr. Rui Rio usa também uma certa forma de populismo no modo como tem tratado o Futebol Clube do Porto.

SESSÃO COMEMORATIVA DO 25 DE ABRIL

## SAMPAIO LEMBRA QUE HÁ MAIS VIDA PARA ALÉM DO ORÇAMENTO

**Críticas à orientação económico-financeira do Governo marcaram o discurso de Jorge Sampaio na sessão parlamentar comemorativa dos 29 anos do 25 de Abril. "O saldo orçamental é um instrumento, mas não é o objectivo final da política económica", sublinhou o Presidente da República. Já Medeiros Ferreira, falando em nome da bancada socialista, afirmou que o aumento "impressionante" do desemprego não se resolve com o "pomposo e inconstitucional" Código do Trabalho e considerou que seria "positivo" que as outras forças de esquerda se dispusessem a uma "maior abertura política" perante a União Europeia".**

Durante mais de uma hora, o chefe de Estado partilhou com os deputados e os portugueses uma "reflexão activa e empenhada sobre a hora presente", em que enviou vários recados à orientação económica do Governo.

Assim, Sampaio sustentou que a necessidade de controlar as finanças públicas "não pode fazer esquecer a preocupação com a grave estagnação da actividade económica e o aumento do desemprego".

É por isso que, sustentou, "a política económica global não pode estar só centrada nas finanças públicas. Tem que dar corpo a uma estratégia de

desenvolvimento económico e social capaz de assegurar o investimento, construir uma economia mais competitiva e uma sociedade mais solidária".

"Há mais vida para além do Orçamento. A economia é mais do que finanças públicas", acentuou.

Quanto à questão fiscal, um tema que tem sido recorrente nas suas intervenções, Jorge Sampaio reafirmou que "o combate à evasão e fraude fiscais tem de ser prosseguido sem contemplos", adiantando que "é incompreensível que continuem por tratar as questões relativas ao sigilo bancário e ao cruzamento da informação, com a

inadmissível impunidade que daí decorre".

Um outro ponto de preocupação manifestado por Jorge Sampaio relacionou-se com um eventual enfraquecimento do fundamental papel regulador do Estado na economia.

Face às lógicas de mercado, "em grande parte não reguladas e que cada vez mais ultrapassam as fronteiras", o Presidente da República defendeu que "o Estado não pode abdicar de uma ambição forte, quer em matéria de funcionamento estratégico da economia nacional, quer em matéria de construção de uma rede sustentada de protecção social para os cidadãos mais vulneráveis".

A situação internacional ocupou ainda lugar de destaque na intervenção de Jorge Sampaio, que reafirmou ser a União Europeia que assume "a posição cimeira, decisiva e sem paralelo" na hierarquia de interesses de Portugal e voltou a tecer críticas à intervenção militar anglo-americana no Iraque.

O Presidente da República abordou ainda a questão da reforma do sistema político, salientando que "não são incidentes de percurso que nos devem fazer distrair da necessidade de se prosseguirem os esforços", acrescentando que "o caminho já percorrido permite-nos esperar novos e mais consentaneizados desenvolvimentos neste domínio, tão decisivo para a

credibilidade da democracia portuguesa".

Por sua vez, Medeiros Ferreira, falando em nome da bancada socialista, afirmou que "o aumento do desemprego nos últimos meses é impressionante", salientando que "não é com o pomposo e inconstitucional Código do Trabalho que se resolverá esse problema".

"O PS está hoje na oposição e o seu comportamento quer-se balizado pela defesa do interesse nacional e pela representação do povo", disse, acrescentando que "a nossa primeira preocupação e cuidado dirige-se à defesa dos portugueses mais desprotegidos, aos desabrigados da fortuna, aos seres mais fragilizados da sociedade: as crianças, as mulheres, os idosos, os desempregados".

Por outro lado, Medeiros Ferreira salientou que a "opção europeia" da República portuguesa, tomada pelo I Governo Constitucional, em 1976, da responsabilidade do PS, "é parte integrante do património do nosso regime democrático", considerando que seria "muito positivo" para a esquerda em Portugal que outras formações deste "variado campo ideológico, para além do PS, se dispusessem a uma maior abertura política perante a União Europeia".

Sobre a reforma do sistema político, o deputado socialista criticou a postura da maioria de direita. "Sou dos que começam

a não acreditar em reformas dignas desse nome sem que a necessidade as dite e sem que o espírito constituinte se sobreponha à mentalidade negocial", disse.

No plano internacional, referiu ter "saudades dos EUA que compreenderam, aceitaram e apoiaram a vontade democrática dos portugueses", sublinhando que "o mundo precisa desses EUA de volta", ou seja, "de volta ao apoio aos regimes democráticos assentes na vontade popular, de volta às regras explícitas do direito internacional e ao respeito da ONU como lugar geométrico da possível governança mundial nesta era de globalização desregulada e de anarquia crescente".

Tal como em anos anteriores, realizaram-se em todo o País os habituais festejos populares comemorativos do 25 de Abril. Em Lisboa, a manifestação do Marquês do Pombal ao Rossio contou com a participação do secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, da maioria dos membros do Secretariado Nacional, e de muitos militantes e simpatizantes socialistas.

Apesar da chuva, o PS marcou presença destacada nesta manifestação, em que participaram democratas de vários quadrantes, militares de Abril, e onde, uma vez mais, a direita primou pela ausência.

J. C. CASTELO BRANCO

COMEMORAÇÕES DO 1º DE MAIO

## FERRO ACUSA GOVERNO DE CONDUZIR PORTUGAL PARA UM BECO SEM SAÍDA

**Ao participar pela segunda vez nas comemorações do 1º de Maio das duas centrais sindicais – marcadas este ano pela contestação ao Código Laboral e ao aumento exponencial do desemprego - o líder do PS, Ferro Rodrigues, acusou o Governo de ter levado a cabo uma "política financeira totalmente irresponsável" que conduziu o País "a um beco sem saída".**

Presente ao início da tarde no desfile organizado pela CGTP-IN, Ferro Rodrigues lamentou a «evolução negativa» do País em relação a Maio de 2002, poucas semanas após as eleições legislativas que conduziram a actual maioria de direita ao poder.

«Com uma política financeira totalmente irresponsável, uma política económica ausente e uma política social sem respeito pela dignidade dos trabalhadores, o Governo conduziu o país a um beco sem saída, às ruas da amargura», afirmou o secretário-geral.

Mais tarde, quando se juntou à festividade organizada em Belém pela UGT, Ferro Rodrigues disse esperar que o Governo aproveite este 1º de Maio para reflectir sobre a sua política económica e

social.

«Hoje é um dia de reflexão, sobretudo para o Governo, que não melhorou as finanças públicas e apenas agravou a situação do País», disse o líder socialista, lembrando o desemprego, que afecta cada vez mais portugueses.

Ferro Rodrigues considerou por isso essencial que o Governo de coligação PSD-CDS/PP «ouça com atenção as palavras das centrais sindicais neste 1º de Maio».

No comício-festa da UGT, junto à torre de Belém, o líder da central, João Pronsca, num discurso marcado por fortes críticas ao Governo e pelo elogio do diálogo, fez um diagnóstico bastante negativo da actual situação do País. "Hoje vivemos em Portugal uma



situación económica e social inaceitável e insustentável", sublinhou, afirmando que Portugal tem o "mais rápido crescimento do desemprego na União Europeia", bem como os "mais baixos salários" e o "mais baixo nível de protecção social".

Por isso, sustentou, "são necessárias políticas e práticas diferentes", acrescentando que "é tempo de acabar com a obsessão do défice e dar atenção às políticas macroeconómicas viradas para o crescimento e o emprego".

Por outro lado, reafirmou que o Código

do Trabalho "não é solução" para a crise de desemprego que se regista no País. É que, frisou, "apesar de todas as melhorias que conseguimos introduzir, continua a não ser o nosso Código, porque precariza, desregula e aposta na relação individual, em que o trabalhador está fortemente desprotegido".

João Pronsca manifestou ainda a disponibilidade da central para "procurar os consensos possíveis em torno de grandes questões que influenciam definitivamente a competitividade e produtividade, o desemprego, a qualidade do emprego, os salários e as pensões".

Na Alameda D. Afonso Henriques, o secretário-coordenador da CGTP-IN, Carvalho da Silva, traçou um quadro negro da actual situação económica e social, em que as críticas ao Código do Trabalho e ao aumento do desemprego ocuparam lugar de destaque.

Salientando que o País está "economicamente paralisado", com uma situação de desemprego "muito grave", Carvalho da Silva reivindicou a revisão intercalar do salário mínimo no valor de mais 20 euros e das pensões mínimas na devida proporção.

J. C. C. B.



## FESTA DOS 30 ANOS

# PARABÉNS PS!

Ferro Rodrigues brindou à saúde do PS e de todos os seus secretários-gerais numa festa realizada no passado dia 23, em Lisboa, e que contou com a presença de militantes do partido com menos de 30 anos ou filiados há menos de um ano. Num breve discurso perante os

convivas, o líder dos socialistas defendeu um PS renovado e com "alternativas" face ao poder. "Uma política de compromisso" que aglutine uma pluralidade de ideias e pessoas foi também a promessa deixada aos militantes no âmbito do 30º aniversário do partido.

## ALMOÇO DO 30º ANIVERSÁRIO

## FUNDADORES LEMBRAM BAD MUNSTEREIFEL COM OS OLHOS NO FUTURO

*Sem Mário Soares nem Fernando Valle, ausentes por motivos de agenda e de doença, respectivamente, os fundadores do PS reuniram-se no dia 26 para comemorar os 30 anos do partido, num almoço em que Ferro Rodrigues manifestou orgulho pela acção do Governo liderado por António Guterres e reiterou críticas ao actual Executivo de direita. Jorge Sampaio associou-se à iniciativa e enviou uma mensagem realçando o papel fundamental do PS ao longo de três décadas para a "consolidação da democracia e para a nossa integração europeia".*



Vinte e cinco fundadores, bem como algumas viúvas de fundadores estiveram presentes no almoço, em que também marcaram presença Ferro Rodrigues, Almeida Santos, Ferraz de Abreu, ex-presidente do partido, e a maioria dos membros do Secretariado Nacional. Sublinhando a sua condição de "convidado" neste almoço, Ferro Rodrigues manifestou a sua "alegria" por ver "um bom ambiente de convívio entre os fundadores, de todas as idades", e realçou o facto de o PS "continuar a atrair para o seu seio pessoas que tiveram outras ideias, e que chegaram à conclusão que é no PS que se pode transformar o País". Já sobre o passado recente do partido, Ferro Rodrigues destacou a obra feita pelo Governo liderado por António Guterres. "Tenho a certeza que, mais tarde ou mais cedo, far-se-á justiça ao contributo do Governo do PS, o mais longo Governo da esquerda em Portugal, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, em especial das mais desfavorecidas". Questionado pelos jornalistas presentes sobre o processo de reforma do sistema

político, Ferro Rodrigues referiu que as alterações feitas pelos partidos do Governo, PSD e CDS/PP, dois dias antes de os diplomas serem votados na Assembleia da República, abriram "uma ferida" que deixa ao PS "uma margem de muito menos confiança para o futuro". É que, adiantou, "ficámos impressionados negativamente com o comportamento do PSD ao mais alto nível". Por outro lado, o secretário-geral do PS disse que "era bom que o primeiro-ministro dissesse se se sente confortável com o facto de a estabilidade do Governo estar dependente de declarações que são feitas num tribunal", numa alusão ao caso Moderna, frisando que não vai pedir novamente a demissão do ministro da Defesa. Quanto ao discurso do Presidente da República no 25 de Abril, salientou que foram abordados um conjunto de temas que o "PS tinha desenvolvido na Assembleia da República", realçando o facto de Jorge Sampaio ter afirmado que as finanças públicas são instrumentais em relação ao desenvolvimento

económico e social e manifestado a sua preocupação com a situação social. "Aplaudimos com satisfação a intervenção de Jorge Sampaio, enquanto os aplausos

da direita foram hipócritas", disse. Antes do almoço, as memórias do dia em que em Bad Munstereifel um punhado de socialistas decidiu trans-

formar a Acção Socialista Portuguesa no Partido Socialista dominaram as conversas entre os fundadores presentes. Mas também o papel decisivo que desde então e ao longo de três décadas o nosso partido desempenhou na vida política portuguesa e as perspectivas de intervenção que se abrem para o futuro foram temas abordados entre os fundadores, num clima de grande confraternização e fraternidade que caracterizou mais uma vez este reencontro anual entre velhos camaradas e amigos.

"A transformação da Acção Socialista Portuguesa no Partido Socialista há 30 anos é um acontecimento inesquecível que honra todos os militantes, na medida em que o partido então criado conseguiu impor-se ao País pela sua acção a vários níveis", sublinhou Liberto Cruz, um dos fundadores.

J. C. CASTELO BRANCO

### SAMPAIO ENVIA MENSAGEM

O "Acção Socialista" publica na íntegra a mensagem enviada por Jorge Sampaio.

"É com muita alegria que me associo a este almoço comemorativo dos 30 anos da fundação do PS, saudando calorosamente os fundadores, o presidente, o secretário-geral e todos os militantes socialistas. Três décadas representam uma história muito intensa e muito rica, de que nos orgulhamos, e que foi fundamental para a consolidação da democracia e para a nossa integração europeia. Nestes tempos de tão grandes desafios, quero reafirmar a validade dos grandes valores da liberdade, da justiça social e da solidariedade em que acreditamos".

# A CULTURA ASFIXIADA

## BALANÇO DE UM ANO DE GOVERNO DE DIREITA

### 1. A asfixia financeira

Ao longo de 2002, o Ministério da Cultura foi um dos mais penalizados com os sucessivos cortes orçamentais operados pelo Governo, bem como pelas restrições sofridas pela administração pública. A natureza cega dos cortes, o não preenchimento de vagas e a não renovação de contratos a termo – aliados à indução de aposentações antecipadas – agravaram as dificuldades do Ministério da Cultura. A proposta de Orçamento para 2003 veio agravar a situação de 2002. O Ministério da Cultura foi o Ministério mais prejudicado, com um crescimento nominal negativo (ou seja, sem sequer considerar a inflação), e está ainda ameaçado por cativações já feitas e cortes adicionais prometidos. Qualquer que seja a base de comparação e o critério do cálculo – e usando sempre a informação oficial – a realidade é assustadora:

- Comparando com o orçamento inicial de 2002, há cortes de 9% nas despesas de funcionamento e de 21% no investimento (com decréscimo de 24,7% nos Fundos Comunitários...).
  - Comparando com a estimativa de execução de 2002, o decréscimo é de 6%.
- Impõe-se, portanto, uma única e clara conclusão: o governo de Durão Barroso maltrata a Cultura, desinvestindo, consciente e deliberadamente, no Ministério da Cultura. Basta comparar com os outros ministérios. Se o Ministério da Cultura está hoje, em larga medida, paralisado ou circunscrito a uma lógica de "o mínimo dos serviços mínimos", isso deve-se, antes do mais, a uma errada e retrógrada opção política do Governo de direita: desprezar e sacrificar o sector cultural, público e privado.

### 2. Défice de liderança

Contudo, a regressão do impacto da actividade do Ministério da Cultura e a paralisia do seu funcionamento não decorrem apenas do estrangulamento orçamental: há também um défice de liderança, de iniciativa e poder de influência dos seus responsáveis.

Cedo se percebeu que, ao colocar no Ministério da Cultura um parlamentar respeitado, o PSD não pretendia dar-lhe firmeza e centralidade política, mas sim montar um écran de elevação moral e sageza que escondesse a desqualificação, a falta de ideias e o aparelhismo patente no seu programa eleitoral. O progressivo apagamento do Ministro reflecte a ausência de apoio político e institucional do Primeiro-Ministro e dos Grupos Parlamentares da coligação. Esta situação de isolamento político do Ministro da Cultura tem, naturalmente, consequências nos serviços e organismos, que a simpatia não consegue, por si só, contrariar. Mesmo deixando de lado os episódios mais rocambolescos (como dirigentes que se demitem poucas semanas depois de empossados, e são quase que premiados por isso), importa assinalar a instabilidade da estrutura dirigente do Ministério da Cultura.

### 3. Ausência de iniciativa

Aliado a este défice de liderança e autoridade, o Ministério da Cultura tem também uma claríssima falta de iniciativa política.

- Consideremos as duas únicas decisões com impacto público, tomadas até hoje:
- Abandono do projecto de construção do Museu do Cão na Canada do Inferno
  - Fusão do IPA com o IPPAR e do IAC com o IPAE

A primeira foi justificada por razões de natureza? financeira: seriam exagerados os custos de construção e incomportáveis os de manutenção do Museu projectado. Não sendo esta a ocasião para retomar a discussão sobre a localização, conteúdo programático, actividade e tutela do Museu – discussão que foi intensa e polémica, mas que conduziu a uma decisão política clara do Ministério da Cultura – importa salientar dois factos objectivos:

- A construção de um Museu no Parque Arqueológico do Cão é um compromisso do Estado português, no quadro do processo de classificação, pela UNESCO, do conjunto das gravuras como Património Mundial da Humanidade, em 1997.

• O arrastar dos procedimentos para a construção do Museu põe em risco a utilização de fundos comunitários, só disponíveis até 2006.

A localização e envergadura do Museu projectado para a Canada do Inferno correspondia ao estatuto único das gravuras; permitia o acesso de várias dezenas de milhares de pessoas por ano, enquadrando devidamente a visita e facilitando o acesso pedonal a um dos mais importantes núcleos de gravuras; faria do equipamento um centro de acolhimento e informação, de investigação e formação; tornava impossível a construção da barragem, simbolizando o primado da defesa do património cultural; promovia o desenvolvimento da região do Alto Douro e Trás-os-Montes, onde "o Douro Vinhateiro" adquiria também o galardão de Património da Humanidade.

O Governo de centro-direita entendeu que estas razões não eram pertinentes, e fez regressar o Museu ao ponto zero. A bem dizer, ao ponto menos que zero, visto que tudo ficou em causa, da localização ao programa e à tutela. Sem ter sido alterado o quadro de financiamento elaborado anteriormente (que apontava para um valor de construção na ordem dos 30 milhões de euros, financiado em partes iguais pelo POC e a Acção Integrada de Base Territorial do Cão, com a contrapartida nacional assegurada pelo PIDDAC do MC), foi escolhido um novo local e decidido reiniciar todo o processo, começando pela definição de um programa preliminar. O cronograma apresentado pelo grupo de trabalho encarregado do estudo técnico desta questão apontava para uma data de conclusão no final de 2006, desde que o novo processo começasse em Setembro de 2002.

Na realidade, em fins de Abril de 2003, nenhum programa está definido, e nem sequer está ainda salvaguardada a disponibilidade dos terrenos indispensáveis à construção no novo sítio. Os riscos são evidentes: risco de mais um grave arrastamento do processo, risco de retorno da questão barragem versus gravuras, risco de redução da escala a um pequeno museu local, risco de definhamento do Parque, risco de perda de fundos comunitários. Isto é: nem aproveitamento do trabalho herdado, nem impulso e determinação para concretizar o projecto próprio.

No caso das fusões dos institutos (IPA com IPPAR, IAC com IPAE), a decisão foi tomada no quadro das medidas de contenção decretadas pelo Ministério das Finanças, não corresponde a nenhum propósito político de fundo e não está prevista nem no programa eleitoral do PSD nem no Programa do Governo.

Nas palavras da Ministra das Finanças, as fusões são imposição sua!

No debate público surgiram opiniões a favor e contra as fusões, mas ficou claro quão prejudiciais eram a ocasião e o motivo para uma perspectiva adequada de pertinência cultural e operacionalidade. Aliás, a prova mais eloquente do desconforto e dificuldade desta maneira de decidir viria do interior do próprio Ministério da Cultura. Tendo sido marcado um prazo de 90 dias (a contar de Maio de 2002) para "elaboração dos projectos de diplomas que aproveem as alterações orgânicas decorrentes da fusão", ainda hoje, em finais de Abril de 2003, nada se sabe sobre a data e o modo como eles se concretizarão. Nota-se mais a ansiedade dos lobbies profissionais e do aparelho do PSD pelo controlo da administração do património do que ideias claras sobre as missões, as competências e os organigramas dos novos institutos...

### 4. Paralisia do Ministério

A falta de iniciativa política, a inacção do Ministério da Cultura e a paralisia das suas estruturas são os traços marcantes de 2002 e do primeiro trimestre de 2003.

• A regulamentação da Lei de Bases do Património Cultural, que deveria estar pronta em Novembro de 2002, não conheceu ainda qualquer desenvolvimento, com todas as consequências negativas que essa inactividade pode ter na defesa e valorização do património. Temos consciência da complexidade e do melindre da questão, mas constatamos que o único instrumento de regulamentação entretanto publicado é o decreto-lei sobre os parques arqueológicos, aprovado pelo governo socialista...

Também na área dos museus, o impasse é aflitivo. A Estrutura de Missão da Rede Portuguesa de Museus foi criada em Maio de 2000, com um mandato de três anos: quer dizer que termina em Maio de 2003. Até agora, nada se sabe sobre o seu futuro e o futuro da própria Rede. E a Lei-Quadro dos Museus, que estará certamente a ser bem preparada no IPM, quando estará pronta? Entretanto, nem se finalizaram projectos para qualificação de vários museus, desperdiçando fundos comunitários, com risco sério de perdê-los.

• O actual Ministro da Cultura recebeu e acolheu o projecto das Capitais Nacionais da Cultura, e a sua primeira realização em Coimbra. Pedro Roseta batalhou pela garantia das condições financeiras e organizativas indispensáveis, tem resistido às públicas pressões do PSD de Coimbra para afastar o presidente. Coimbra 2003 ficar-lhe-á a dever isso e não será pouco. Mas o que tenciona o Governo fazer? Continuar o projecto? Com que periodicidade? Em que cidades? Nada se sabe, mas o Secretário de Estado da Cultura insinua em entrevista que talvez não valha a pena. Ora se não se sabe nada em Abril de 2003, em 2004 e 2005 já não haverá Capitais Nacionais da Cultura.

• O actual Governo recebeu e acolheu o decreto-lei que criou a Casa da Música/Porto 2001, SA, sociedade encarregada, prioritariamente, de concluir a obra da Casa da Música e assegurar a continuidade do projecto cultural. Os problemas financeiros da Sociedade, decorrentes de cortes e diferimentos, são prementes, mas, todos esperamos, ultrapassáveis. Se assim for, a Casa da Música estará pronta em meados de 2004. Que projecto cultural vai prosseguir? O que foi definido antes de ser lançado o concurso de arquitectura? E como vai ser gerida a Casa da Música? Como um instituto público, uma fundação ou uma empresa? Sabe-se que é esta última a opção do Presidente do Conselho de Administração da Sociedade, que até nem se importa que o Estado, que projectou e financiou o equipamento, fique como accionista minoritário. Mas o que pensa o Governo, o que pensa o Ministro da Cultura? Silêncio sepulcral.

• Com um governo em que a descentralização é uma bandeira permanentemente agitada, as Delegações Regionais estão paradas, e o Programa de Difusão do IPAE foi extinto. A dimensão dos concursos e dos apoios do ICAM caiu a pique; as candidaturas feitas ao POC foram suspensas por seis meses; o Centro Cultural de Belém não sabe com que verbas pode contar para o programa de exposições em 2004; o Museu do Design está em risco. A incerteza e a desmobilização tomaram de assalto o Ministério da Cultura. Quanto às iniciativas de concretização do programa? político de centro-direita para a Cultura, só uma pálida sombra!

E que, se na cultura a área de consenso e continuidade podem ser grandes, isso não obsta a que se façam sentir as diferenças de orientação política decorrentes da alternância democrática. A coligação PSD-PP apresentou ideias próprias (contrastantes com as do PS) e comprometeu-se a desenvolver novas políticas.

Ao fim de treze meses de governo, onde estão elas? Que iniciativa foi, sequer, anunciada para concretizar a aposta na "formação cultural de públicos escolares"? Na política do livro e da leitura? Na valorização dos clássicos da literatura portuguesa? Isto para falar nas poucas "bandeiras" da direita na cultura.

O fim de um ano, o Governo anuncia a próxima aprovação de um novo regulamento para os apoios a estruturas independentes nas artes do espectáculo: aguardemos, portanto. E tem em discussão pública um anteprojecto de Lei da Cinema e do Audiovisual e respectivo diploma regulamentador. Eis o produto de treze meses, quanto a iniciativa legislativa estruturante! Mesmo assim, tratando-se de um documento incipiente e a necessitar de revisão profunda, manda a prudência que se espere, também aqui, pela apresentação de um projecto que mereça pelo menos uma palavra de empenhamento do próprio Ministro...

### 5. Em síntese:

Um ano de governação PSD/CDS-PP pode resumir-se assim:

Desqualificação política da área da cultura e? estrangulamento financeiro, por opção do Governo e do seu Primeiro-Ministro;

Défice de autoridade, liderança, iniciativa programática? e de acção, por incapacidade da equipa do Ministério da Cultura.

Treze meses de Governo da direita nada mostraram sobre o papel "central" e "transversal" que ele próprio disse ter da cultura. Em vez de opções claras (sobretudo importantes com os cortes orçamentais sofridos), o Ministério da Cultura vai deixando cair tudo o que herdou por ausência de decisões.

E caso para dizer: treze meses de Governo de Direita – que azar para a Cultura!

(Excertos principais do texto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS na conferência de imprensa de 6 de Maio de 2003. Versão integral disponível em <http://www.ps.parlamento.pt>)



# PORTUGAL PRECISA DE SABER A VERDADE SOBRE A RECESSÃO



O PS exige ao Governo respostas com verdade perante a recessão económica que se agrava a cada dia em Portugal. Ferro Rodrigues lançou o repto ao primeiro-ministro, que esta semana irá à Assembleia da República, para que diga ao País "o que vai fazer perante o desemprego, se vai ou não dar luz verde ao investimento público, quais as medidas que vai assumir no combate à pobreza e se vai desistir das manigâncias com o fundo de pensões dos CTT".

Segundo o secretário-geral do PS, que discursava no Parlamento, no passado dia 23, durante o período anterior à ordem do dia, Durão Barroso deve explicar ainda as consequências políticas da falência das medidas na saúde, clarificando igualmente se vai eliminar os pagamentos especiais por conta e "o que vai fazer perante este permanente sobressalto que é a

instabilidade governativa estar dependente de depoimentos num julgamento que decorre em Monsanto". No que diz respeito à política económica nacional, Ferro alertou ainda para o facto de o País não suportar mais cortes nos investimentos públicos.

"O Governo está a falhar todos os objectivos orçamentais. A política orçamental de 2003 aponta para um fiasco e 2002 caracterizou-se por manigâncias", acusou, esclarecendo que as palavras não eram suas e sim "do insuspeito admirador número um de Cavaco Silva, o professor João César das Neves".

Acusando o Executivo de direita de continuar "ao sabor de medidas avulsas, mal pensadas e insensíveis à injustiça dos seus resultados", o líder socialista avisou que os resultados de toda esta "trapalhada" governativa, para 2003 arriscam-se a ser piores. Mas, avisou,

"o País não aceitará novas manigâncias".

Ferro Rodrigues abordou igualmente a questão do financiamento do poder local, afirmando categoricamente que "o PS não deixará de exigir que o Governo compense os cortes nas receitas autárquicas que os eleitos orçamentaram como homens e mulheres de bem".

Já no que diz respeito à reforma do sistema político, o líder socialista afirmou o empenhamento do PS na dignificação do processo, pelo que o partido não será "cúmplice de medidas que ferem dramaticamente a credibilidade do nosso sistema democrático".

"E daqui apelo à maioria: corrija e corrija rapidamente graves erros como o de confundir a imunidade parlamentar democrática com o entrave ao funcionamento dos tribunais", disse,

MR.

## ANTÓNIO COSTA DEFENDE

# GOVERNO DEVE OUVIR SAMPAIO E INVERTER POLÍTICA ECONÓMICA

O presidente do Grupo Parlamentar do PS criticou a revisão em baixa da taxa de crescimento em 2003 (de 1,25 para um mínimo de 0,25 por cento), acusando o Governo de "cegueira" política.

Na sua intervenção, realizada na Assembleia da República no passado dia 29, António Costa aconselhou o Executivo a inverter a sua estratégia para a economia nacional e reflectir sobre o teor do discurso do Presidente da República na sessão solene do 25 de Abril, no qual Sampaio criticou a concessão de total prioridade ao combate ao défice.

"O pior cego é aquele que não quer ver. O pior Governo é aquele que enfia a cabeça na areia para não ver a realidade", declarou Costa, sublinhando

que as primeiras reacções do PSD e CDS-PP ao discurso do chefe de Estado "deixam antever que a inversão da política económica não acontecerá".

"Ao pior estilo do pior cavaquismo, a maioria hesita entre a desvalorização da importância deste discurso e a diabolização do Presidente da República como agente da oposição. É a hesitação entre as estratégias do Pulo do Lobo e das forças de bloqueio", disse.

Depois de denunciar a "falta de credibilidade do Orçamento de Estado e do Governo que o apresentou", o líder da bancada do PS condenou o autismo da maioria de direita face às palavras de Jorge Sampaio, que, lembrou, foram proferidas em defesa do interesse

nacional, e frente às advertências socialistas sobre a resolução do problema orçamental.

O défice de 2002 é qualitativamente mais grave do que o de 2001. É que pela primeira vez quebrou-se a regra de ouro das finanças públicas segundo a qual o défice tem de ser menor que a despesa de investimento", explicou, lembrando que nunca tal acontecera durante a administração socialista.

"Não só foi um erro sacrificar tudo ao défice como hoje é claro que este sacrifício não valeu a pena", defendeu Costa, para quem a conjuntura internacional não justifica a crise económica nacional uma vez que em Portugal vive-se uma situação muito pior do que lá fora.

MR.

## RUI CUNHA ACUSA EXECUTIVO ESQUECE COMBATE À SINISTRALIDADE LABORAL

O Governo deixou "o combate à sinistralidade laboral e a prevenção dos riscos profissionais entregues às contingências climáticas e às flutuações do ciclo económico", acusou Rui Cunha numa intervenção no Parlamento por ocasião do Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho. Rui Cunha sublinhou que "era difícil fazer pior do que o Governo fez durante este ano: não há novos estudos, nem novas decisões, não prosseguiu a estratégia que estava a ser posta em prática nem definiu uma qualquer alternativa", isto apesar de considerar que, no ano que o actual Executivo leva de mandato, não teria sido possível transformar Portugal no país da União Europeia com menor sinistralidade laboral ou com melhores condições de trabalho.

E é, sobretudo, adiantou, "bem menos do que a situação exige quando continua tão alto o preço pago pelas empresas cumpridoras em concorrência desleal, pela economia nacional em baixas de produtividade, pelos serviços públicos de saúde em custos adicionais e, sobretudo, pelos trabalhadores em doenças profissionais e em acidentes de trabalho, com consequências que, aqui, ninguém ousará desvalorizar".

Na sua intervenção, o deputado socialista recordou os avanços registados na área do combate à sinistralidade laboral durante o Governo do PS, nomeadamente através de um acordo assinado em Fevereiro de 2001 com a totalidade das confederações patronais e sindicais, que permitiu, entre outros aspectos de particular relevância, a reactivação do Conselho Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho, a revisão da Lista Nacional de Doenças Profissionais e a criação do Programa de Adaptação dos Serviços de Prevenção das Empresas.

De então para cá, segundo Rui Cunha, "infelizmente, o actual Governo nem prosseguiu o trabalho que vinha sendo feito pelo anterior em colaboração com os parceiros sociais, nem definiu novas orientações", ou seja, "deixou andar e perdeu tempo".

J. C. C. B.

## DEPUTADOS DO PS PREOCUPADOS COM IMPACTES AMBIENTAIS EM TRÓIA

Os impactes ambientais resultantes da construção de uma marina e de um novo cais dos "ferries" em Setúbal, no âmbito do processo de urbanização da península de Tróia, estiveram na origem de um requerimento apresentado na mesa da Assembleia da República pelos deputados socialistas Maria Santos e Paulo Pedroso.

No documento, os parlamentares do PS perguntam ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente se está a monitorizar, nas suas diversas componentes, como a qualidade da água, os sedimentos, entre outros indicadores, de forma viável e contínua, o estuário do Sado, bem como se foram equacionadas algumas medidas de minimização dos impactes ambientais da construção de uma marina e de um novo cais dos "ferries" em Setúbal.

Maria Santos e Paulo Pedroso consideram que, embora se apresente como "globalmente positivo" do ponto de vista socioeconómico o projecto de investimento turístico para a península de Tróia, a construção das duas referidas infra-estruturas "causa impactes ambientais negativos que terão de forçosamente considerados".

Para os deputados socialistas, o "impacte mais negativo e preocupante" é o possível desaparecimento da população residente de roazes (golfinhos e toninhas). E salientam que se estas espécies animais "são realmente um valor acrescido e beneficiam o distrito de Setúbal, como elemento essencial na promoção turística e cultural do estuário, impõe-se perante esta realidade "tomar todas as medidas para a sua conservação e recuperação".

Outro impacto que, segundo os autores do requerimento, se apresenta como "potencialmente muito negativo" é aquele que se verificará sobre a avifauna da Caldeira, em caso de não cumprimento das medidas de minimização, como a restrição à entrada de embarcações na zona da Caldeira e fiscalização.

Assim, referem os deputados, "foram sugeridas algumas medidas de minimização que merecem ser ponderadas", designadamente o condicionamento do acesso de embarcações à marina e ao estuário do Sado e selecção da zona Sul do rio para fins de conservação, devendo aí ser restringida a navegação em certas alturas do ano, uma vez que os roazes utilizam esta zona, durante todo o ano, para se alimentar.

Maria Santos e Paulo Pedroso lembram ainda que o anterior Governo conseguiu que a Comissão Europeia integrasse o "Sítio Estuário do Tejo" na Rede Natura 2000, comprometendo-se assim o Estado português a preservá-lo e a obedecer à legislação respectiva.

J. C. C. B.

## BEIRA INTERIOR

## MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS QUESTIONADO SOBRE TROÇOS DA A-23

Os troços da auto-estrada da Beira Interior (A-23) junto a Castelo Branco parecem concluídos, mas ainda não abriram ao trânsito. Os deputados do PS eleitos pelo círculo da Guarda querem saber porquê.

Pina Moura e Fernando Cabral apresentaram a semana passada um requerimento dirigido ao ministro das Obras Públicas, Habitação e Transportes, no qual lembram que quem circula com regularidade na A-23 verifica que "alguns troços estão aparentemente concluídos e não estão ao serviço dos utentes".

No documento os parlamentares socialistas aludem, especificamente, a um troço que se localiza a oeste e sul de Castelo Branco onde, afirmam, "é visível para os automobilistas que até a sinalização horizontal e vertical está já concluída". Pina Moura e Fernando Cabral referem igualmente que há "evidente desaceleração do ritmo de construção dos troços que ainda faltam construir". Apesar de não questionarem "qualquer atraso em relação ao programado e contratualizado", os deputados do PS manifestam-se preocupados, argumentando que, neste panorama, "estão em causa a segurança rodoviária, a comodidade e optimização económica dos utentes da via".

"Quando se procura uma explicação para estes factos, especula-se, referindo que o Governo não permite a sua abertura", afirma o documento dirigido ao ministro das Obras Públicas.

Os parlamentares questionam ainda se a empresa concessionária desta auto-estrada, a Scutvias, "poderia concluir, sem esforços suplementares, a A-23 mais cedo do que o previsto".

## ESCOLAS DE AVEIRO

## SOCIALISTAS CONTESTAM FIM DOS CENTROS DE ÁREA EDUCATIVA

Os deputados socialistas eleitos pelo círculo de Aveiro contestaram o encerramento dos Centros de Área Educativa (CAE) da região e questionam o Governo sobre se com esta medida tenciona deixar os estabelecimentos escolares e as respectivas comunidades educativas locais desprovidos de uma estrutura de acompanhamento técnico pedagógico, administrativo, jurídico, social e desportivo.

No requerimento apresentado à Assembleia da República, no passado dia 23, por Rosa Maria Albernaz, Afonso Candal e Antero Gaspar, o Executivo é também interpelado quanto ao eventual desperdício do conhecimento adquirido por profissionais especializados em diversos serviços e cuja experiência ao longo dos anos revelou ser, na opinião dos parlamentares do PS, "uma mais-valia para as áreas de intervenção respectivas, para a área de influência considerada, bem como para o sistema educativo no seu todo".

Os deputados querem ainda saber qual será a entidade ou estrutura de enquadramento educativo, "previada de serviços especializados de apoio permanente, próxima das especificidades das escolas do distrito de Aveiro, dos vários concelhos e freguesias, vocacionada tanto para a recepção, articulação e mesmo resposta pronta e adequada a cada caso, a instituir pelo Governo em substituição dos CAE".

M.R.

## IMPOSTO AUTOMÓVEL

## ISENÇÃO PARA PORTUGUESES EM MACAU VAI MANTER-SE?

Os deputados socialistas querem saber se o Governo de direita tenciona manter a alteração ao Imposto Automóvel "de uma forma permanente, mas extensiva a todos os portugueses residentes no estrangeiro", nomeadamente em território macaense.

A questão foi colocada pelo deputado Carlos Luís num requerimento que apresentou recentemente à Assembleia da República e onde lembra que a proposta do PSD prevê o benefício da isenção da tributação em causa na introdução de um veículo ligeiro ao "cidadão português residente em Macau que transfira a sua residência para Portugal".

Recorde-se que o a bancada laranja propôs recentemente uma alteração ao artigo 38 - Imposto Automóvel -, aquando da discussão do Orçamento de Estado, que visava beneficiar os portugueses que vivem em Macau durante o corrente ano.

## SAÚDE

## PS CRITICA DEMISSÃO DO ESTADO NOS CUIDADOS PRIMÁRIOS



A bancada do Partido Socialista requereu, a semana passada, na Assembleia da República, uma apreciação parlamentar de um diploma do PSD que, segundo denunciou, consagra a demissão do Estado das suas responsabilidades na área da saúde.

Recorde-se que, no passado dia 1 de Abril de 2003, foi publicado no "Diário da República" o decreto-lei que prevê a criação de uma "Rede de Cuidados de Saúde Primários".

Com o citado diploma legal, o Governo de Durão Barroso introduziu profundas alterações ao modelo de prestação dos cuidados de saúde primários, até então desenvolvidos através dos centros de

saúde integrados no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Em requerimento, o GP/PS assinala que, ao redefinir o modelo de prestação de cuidados, com base na instituição de uma rede constituída por entidades privadas, estas "são colocadas ao mesmo nível dos centros de saúde integrados no SNS".

Assim, denunciam os deputados socialistas, "o Governo pretende demitir o Estado das suas responsabilidades e não dá as necessárias garantias para que os problemas da falta de recursos humanos, da melhoria do acesso e da resolução dos problemas financeiros venha a ocorrer".

Para os socialistas, "a promoção e a melhoria dos níveis de saúde no nosso País passa pelo reforço do Serviço Nacional de Saúde e das entidades que o compõem, cabendo aos sectores social, cooperativo e privado um papel complementar em função das necessidades e em articulação com o SNS", defendem os parlamentares do PS.

"Esta medida que visa diminuir o papel que ao Estado deve caber no âmbito da garantia da prestação de cuidados de saúde, põe em causa a própria natureza e missão do Serviço Nacional de Saúde, situação que merece o nosso profundo desacordo", concluem.

M.R.

## OURIQUE

## DEPUTADOS EXIGEM ESCLARECIMENTOS SOBRE A SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA DA AUTARQUIA

Os deputados Rui Cunha e Luís Miranda consideram "incompreensíveis" a recusa por parte do presidente da Câmara Municipal de Ourique e do Ministério das Finanças em transmitir informações relativas ao desempenho tributário desta autarquia.

Os parlamentares socialistas defendem que, por se tratar de um órgão de entidade pública, a edilidade de Ourique está vinculada, em termos constitucionais e legais, ao dever de cooperação com a Assembleia da República.

Invocando o princípio da transparência, do rigor e da legalidade, Rui Cunha e Luís Miranda exigem o esclarecimento cabal da veracidade das notícias recentemente vindas a público e nas quais se refere uma retenção indevida do IRS por parte da câmara em questão.

Para os deputados socialistas, o acesso à situação fiscal de uma pessoa colectiva pública, neste caso de uma autarquia local, não pode ser vedado por um suposto dever de sigilo da Administração Tributária. E, se o autarca de Ourique negou luz verde ao Ministério das Finanças para que este não divulgasse as informações solicitadas e a tutela de Manuela Ferreira Leite agiu em conformidade, então ambos estão lesar disposições constitucionais, facto inadmissível para a bancada do PS.

Assim, Rui Cunha e Luís Miranda reiteram, num requerimento, a solicitação ao Governo de esclarecimentos sobre esta matéria.

Os deputados querem saber se o Fisco recebeu ou não as verbas dos trabalhadores da Câmara Municipal de

Ourique respeitantes aos seus descontos para o IRS nos anos de 2001 e 2002.

"Neste período, emitiu o Ministério das Finanças declarações certificando a situação contributiva regularizada daquela autarquia, nomeadamente para efeitos de candidaturas a fundos comunitários ou contratos-programa com o Governo", questionam, solicitando igualmente esclarecimentos sobre ser os funcionários camarários poderão ser prejudicados, no presente ano, no pagamento atempado dos reembolsos de IRS de 2002 a que eventualmente tenham direito.

Os socialistas exigem ainda saber qual a situação da Câmara de Ourique relativamente aos seus compromissos com a Segurança Social.

M.R.

# OS DIAS CINZENTOS DA EDUCAÇÃO DENUNCIADOS PELO GRUPO PARLAMENTAR

Fazer um balanço crítico sobre um ano de Governo PSD/PP na área da educação, ciência e ensino superior é o objectivo central do livro "Dias cinzentos", lançado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A publicação, que conta com os contributos dos deputados do PS na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, reúne opiniões, propostas, análises críticas, artigos e perguntas sem respostas sobre os dias cinzentos do primeiro ano de governação marcado por um claro retrocesso numa área fundamental para o desenvolvimento do País.

O livro pretende contribuir para este balanço crítico, a partir de um olhar do Grupo Parlamentar do PS sobre a actual realidade, mas não se esgota neste registo. Apresenta também algumas das ideias e propostas alternativas apresentadas pelo PS para as políticas de educação e ciência.

Dividido em cinco partes, o livro faz na primeira, "o dito e o feito", um balanço entre o que foi prometido e o que foi efectivamente realizado, tendo como contraponto uma análise dos socialistas sobre a actuação do Governo.

"A opinião dos socialistas", a parte segunda, regista, tal como o nome indica, as perspectivas dos deputados

socialistas com responsabilidades na área da educação em artigos de opinião publicados em diversos órgãos de informação.

"Perguntas sem resposta" é a parte terceira, onde se dá conta de algumas inquietações levantadas pela bancada socialista nos debates com o Governo na Assembleia da República. Já a quarta parte, sob o título sugestivo "Quem avisa...", recolhe artigos e intervenções de deputados socialistas manifestando as suas preocupações sobre as consequências da política do Governo.

Por último, na quinta parte, faz-se uma apreciação do "lado cinzento das novas leis", aprovadas pela maioria. São ainda publicadas as inúmeras propostas de alteração, eliminação e aditamento aos diplomas do Governo apresentadas pela bancada socialista. Elaborado pelos deputados do Grupo Parlamentar do PS na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, esta obra é uma leitura indispensável para quem queira em entender, com clareza, o actual estado do País nesta área-chave para o nosso desenvolvimento.

Com uma tiragem de 3000 exemplares, o livro vai ser distribuído pelas escolas e pelos diferentes parceiros educativos.

J. C. C. B.



## NOVOS LIVROS DE ALMEIDA SANTOS E VÍTOR RAMALHO

António de Almeida Santos e Vítor Ramalho lançaram recentemente duas obras de sua autoria e onde se espelha o seu pensamento no que diz respeito à situação política nacional e aos desafios que Portugal enfrenta no seio da actual sociedade global, respectivamente.

O ex-presidente da Assembleia da República e deputado da bancada socialista apresenta-nos a obra "7 X Abril". Ao longo das suas 170 páginas, Almeida Santos coligiu um conjunto de discursos proferidos nas sessões solenes do 25 de Abril, em 1980 e entre 1996 e 2001, cobrindo um leque temporal de duas décadas.

Mais do que uma emotiva evocação da Revolução dos Cravos, esta produção filosófico-literária assinada pelo presidente do PS é uma reflexão aprofundada sobre a democracia e a liberdade, onde se vislumbram também uma legítima preocupação pelo futuro dos jovens e um atento interesse pelas coisas que vão acontecendo no palco do mundo.

As consequências dos avanços vertiginosos da ciência para a vida das pessoas, o crescimento demográfico exponencial, a concentração da riqueza e a consequente exploração da pobreza, as manipulações mediáticas, a perda dos valores, o enfraquecimento do Estado-Nação, bem como as incertezas dos tempos que correm,



exigindo a construção de novos equilíbrios, são algumas das questões abordadas em "7 X Abril".

### Globalizar a esperança

Perceber a nossa História – particularmente no período pós-revolucionário –, e as alterações profundas que nela se operaram no quadro das constantes mutações no panorama mundial, é o repto lançado por Vítor Ramalho aos leitores do seu livro "Identidade e Globalização, uma Ideia para Portugal".

Indo para além de posicionamentos partidários, o deputado do PS fala de uma "marcha colectiva" que implica responsabilidades e a consciência clara de que "ninguém é detentor da verdade".

Partidário de uma união metódica "do que deve ser unido", com vista à crescente afirmação própria, mas sem prejuízo de um necessário "aprofundamento dos ideários", o deputado socialista apela à luta contra a descrença e o pessimismo, sustentando ao longo da sua obra a metáfora que a encerra: "O farol da esperança é real se olharmos para o que fizemos e conseguimos fazer".

M.R.

## A LEI CONSTITUINTE DA DEMOCRACIA PARTIDÁRIA

Opinião

A nova lei dos partidos políticos, aprovada no âmbito do processo de reforma do sistema político, constitui uma actualização das regras estruturantes do sistema partidário.

A Constituição da República é, necessariamente, a referência matricial que dá coerência a um conjunto de princípios e regras legais pre-constituintes surgidas em 1974, que estabeleceram e enquadraram os partidos emergentes – permitindo organizar as eleições para a Assembleia Constituinte – e que tem sido aprofundadas e integradas com as sucessivas alterações constitucionais e legais. E especificamente com as leis de incidência partidária respeitantes às competências do Tribunal Constitucional, leis eleitorais, lei do referendo, estatuto da oposição e regime do financiamento dos partidos e campanhas eleitorais.

O quadro constitucional e legal onde se firmam os partidos políticos configura-os como "associação especial de direito constitucional", para usar a fórmula de Jorge Miranda, não reconduzíveis a simples associação privada pela sua consagração e função constitucionalizadas, muito menos a associação pública integrável na administração pública. Expressão organizada do pluralismo político, os partidos constituem-se livremente, concorrendo para a livre formação e o pluralismo da expressão da vontade popular e para a organização do poder político.

A aplicação aos partidos políticos de regras de funcionamento democrático estabelecidas na Constituição da República decorre da sua natureza estatutária de associações participantes da organização política estadual.

As normas constitucionais aplicáveis aos partidos políticos articulam-se, assim, com regras legais específicas e com disposições vigentes do direito civil respeitantes às associações civis.

Pela sua natureza, os princípios gerais do direito político eleitoral constitucional são aplicáveis a todo o direito eleitoral, válidos quer no domínio do direito administrativo ou civil. E, necessariamente, aplicáveis às eleições dos partidos políticos, vinculados aos princípios constitucionais do direito eleitoral subjectivo da liberdade do voto, o qual exige como garantia o seu carácter universal, igual, directo e secreto.

A partir da revisão constitucional de 1997 o quadro eleitoral interno dos partidos rege-se, ainda, pelos princípios constitucionais da transparência, livre acesso dos interessados aos cadernos eleitorais, igualdade no tratamento de candidaturas e controlo jurisdicionalizado dos procedimentos eleitorais.

A atribuição de personalidade jurídica aos partidos continua a depender de inscrição no Tribunal Constitucional. O qual aprecia a legalidade do processo de inscrição. Nada do que é precisado na lei aprovada é essencialmente distinto do que já hoje é exigível.

A lei de 1974 admitia, por sua vez, que a inscrição de um partido político pudesse ser requerida por cinco mil cidadãos, maiores de 18 anos. O alargamento do número de signatários tomou, como referência o número de 7500, que é o mínimo exigível para uma candidatura a Presidente da República.

Ao Tribunal Constitucional cabe, no limite, ordenar a extinção de partidos ou coligações e de apreciar diversos actos internos – aceitar a inscrição, apreciar a sua identidade, julgar as acções de impugnação de eleições internas e de liberações internas recorríveis, apreciar a regularidade e legalidade das contas – e é compreensível, por maioria de razão, que lhe seja atribuído o poder de julgar da legalidade de qualquer norma do estatuto dos partidos políticos, a requerimento do Ministério Público. Em relação aos partidos políticos existentes, a data da entrada em vigor da nova lei, fixar-se-á um prazo máximo de dois anos para eventual adaptação dos seus estatutos.

Ainda quanto a matéria respeitante à existência de associações ou partidos, a Constituição proíbe-os quando sejam do tipo militar, militarizado ou paramilitar, ou quando sejam organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista.

As restantes causas da extinção radicam na não apresentação de contas em três anos consecutivos, não anotação dos seus órgãos centrais num período superior a seis anos, impossibilidade de notificar ou citar os seus dirigentes nacionais. Ocorre que, fora dos casos referidos, entre nós, qualquer partido, uma vez constituído, não pode ser extinto, mesmo que seja um "partido-fantasma", perca os seus militantes e dirigentes, não tenha qualquer existência durante o período de uma legislatura, não exerça qualquer actividade, não se manifeste e só apareça em período eleitoral para fazer campanha, obter financiamento, tempos de antena na rádio e televisão.

Para combater situações anómalas deste tipo a nova lei admite, ainda, como causa de extinção a redução do número de militantes a menos de cinco mil (quatro mil na lei de 1974, mantendo-se a competência de verificação do Tribunal Constitucional) e a não apresentação de candidatura a duas eleições sucessivas à Assembleia da República (único ponto em que, na especialidade, votamos contra).

No que respeita às restrições de filiação em partidos políticos estas abrangem a proibição de inscrição dos militares e agentes militarizados, bem como a proibição de actividade político-partidária pública por parte dos magistrados judiciais e do Ministério Público e diplomatas, constante dos respectivos estatutos.

Com vista à salvaguarda da sua independência estatutária não é, ainda, admissível actividade dirigente em órgão executivo ou de direcção política dos partidos aos altos dirigentes da Administração Pública (directores-gerais, presidentes dos institutos públicos e dirigentes das entidades administrativas independentes).

Ao fixarmos na nova lei o modelo organizacional das associações civis, modelo mínimo de organização estatutária, assente numa assembleia representativa dos filiados, órgão de direcção política e órgão de jurisdição, mais não fazemos do que reproduzir o que é já exigível na clássica referência "tridica" (executivo, deliberativo, fiscalizador) consolidada em toda a nossa experiência e vida associativa, e aplicável legalmente por remissão pelo Código Civil, nos termos do Decreto-Lei 194/74.

Não se trata, por isso, de adoptar qualquer modelo único mas tão só de clarificar o quadro legal democrático da separação de funções, sempre aberto ao mais flexível e inovador "constitutivismo" democrático.

Em suma, a aprovação desta lei significa, sobretudo, voltar a democracia constitucional na vida partidária e por essa via dar mais democracia ao Estado Democrático.



ALBERTO MARTINS

## SOCIALISTAS INDIGNADOS COM ROMPIMENTO DE ACORDO SOBRE REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

O compromisso assumido entre o PS e o PSD na Assembleia da República para a reforma do sistema político, foi quebrado pelo primeiro-ministro, Durão Barroso, a 48 horas da votação na Assembleia da República. Uma reviravolta inaceitável e contra todas as expectativas, ainda por cima acrescida do cinismo de quem, para se defender da falta de palavra, quer fazer passar os socialistas por despesistas.

O secretário-geral do PS não teve outra alternativa senão denunciar aquilo que é um comportamento inaceitável no relacionamento entre partidos. Numa entrevista à Rádio Renascença, Ferro Rodrigues não escondeu a sua indignação: "A relação de confiança, infelizmente, foi quebrada, porque aquilo que o PSD quis fazer foi tentar virar uma situação em que tinha a revolta dos autarcas e dos funcionários públicos contra o PS, fazendo-nos bodes expiatórios de políticas que não são da nossa responsabilidade".

Ferro Rodrigues afirma que havia já um consenso total quanto ao financiamento público dos partidos, ao qual, inclusive, a ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, já havia dado o seu aval. Acontece que, com a reviravolta do PSD, o financiamento público dos partidos políticos, bem como os montantes destinados às campanhas eleitorais, terá de esperar dois anos até entrar em vigor. A

lei agora aprovada pela maioria acaba com os financiamentos anónimos e não impõe qualquer tecto para o financiamento efectuado por privados, desde que seja feito através de cheque ou transferência bancária.

Assim, depois do Presidente da República, Jorge Sampaio, ter manifestado o seu desejo na realização da reforma do sistema político, de uma intensa campanha que se fez a favor da transparência, e de largos meses de trabalho na Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Político da Assembleia da República, deixa-se o projecto pela metade, o que em nada favorece uma aproximação entre eleitos e eleitores. Entretanto, ainda se realizarão duas campanhas segundo a legislação actualmente em vigor, as europeias e as autárquicas. Por estas razões, o PS acabou por votar contra a nova Lei do Financiamento dos Partidos Políticos, existindo inclusivamente dúvidas sobre a conformidade de alguns artigos com as normas da Constituição.

Outra das matérias em que o PSD deu o dito por não dito foi a da criminalização dos ilícitos em matéria de financiamento dos partidos, os que, na forma como foi feito, mereceu também uma reacção violenta por parte do Partido Socialista. Alberto Martins, um dos negociadores da reforma, afirmou que a reviravolta nesta questão particular se trata de um acto da

mais pura demagogia e que os socialistas se recusam a "pactuar com medidas pretensamente moralizadoras para limpar a imagem criada dos escândalos como a Moderna, Paulo Portas e Isaltino Morais". Ferro Rodrigues já tinha avisado que o PS nunca aceitaria uma pseudo-reforma do sistema político, nem "uma encaenação para o Presidente da República ver". "Não aceitaremos - disse - uma reforma apressada só para dizer que a mensagem do chefe de Estado foi compreendida".

No âmbito da reforma do sistema político, deixa-se o projecto pela metade, o que em nada favorece uma aproximação entre eleitos e eleitores. Entretanto, ainda se realizarão duas campanhas segundo a legislação actualmente em vigor, as europeias e as autárquicas. Por estas razões, o PS acabou por votar contra a nova Lei do Financiamento dos Partidos Políticos, existindo inclusivamente dúvidas sobre a conformidade de alguns artigos com as normas da Constituição.

Apesar da indignação dos socialistas com o comportamento do PSD, o secretário-geral do PS manifestou a sua intenção de ultrapassar os incidentes que se registaram, embora sem esconder que ficaram algumas feridas que ainda vão demorar a sarar. "O futuro nos dirá se foi um mero acidente de percurso, ou se deixou mesmo de haver um clima de confiança entre os dois maiores partidos", disse Ferro Rodrigues, por ocasião do 30º aniversário do PS.

### COMISSÃO POLÍTICA

## FINANCIAMENTO DEVE CORRESPONDER A CUSTOS REAIS DA DEMOCRACIA

Os novos montantes das subvenções estatais a atribuir às forças políticas, no âmbito da revisão da lei de financiamento dos partidos, devem traduzir "os custos reais da democracia".

Esta a posição assumida pelo coordenador socialista para a reforma do sistema político no final da reunião da Comissão Política Nacional do PS, realizada no passado dia 23.

"O partido entende que o novo sistema de financiamento deverá ser tendencialmente público" e que "os actuais valores (da subvenção estatal) não são adequados, disse Alberto Martins para quem devia ser o Governo a apresentar

uma proposta concreta" sobre esta matéria.

O dirigente socialista acrescentou ainda que a nova lei de financiamento dos partidos "só será eficaz" se for baseada "numa política de verdade", lembrando que o Tribunal Constitucional passará a ter competências de fiscalização "reforçadas".

"Consideramos essencial um financiamento tendencialmente público dos partidos e das campanhas, a proibição de financiamentos anónimos, a contabilização real e efectiva de receitas e despesas e o agravamento das sanções", frisou.

Neste contexto, o coordenador do PS voltou a rejeitar a proposta do PSD e do CDS-PP no sentido de criminalizar práticas ilícitas face à futura lei de financiamento dos partidos, alegando que o anterior Executivo socialista "agravou o quadro penal dos titulares de cargos políticos", prevenindo crimes como corrupção activa, passiva e abuso de poder.

Por outro lado, o dirigente socialista reiterou a posição do PS de limitar a três mandatos todos os cargos executivos – desde o primeiro-ministro até aos presidentes das juntas e das câmaras –, incluindo, ainda, os dirigentes de altos cargos da administração pública.

### CARLOS CÉSAR DEFENDE

## MINISTRO DA REPÚBLICA DEVE PASSAR A DEPENDER DE BELÉM

Carlos César, presidente do Governo Regional e líder do PS/Açores, vai apresentar uma proposta de revisão constitucional onde o representante do poder central passará a depender exclusivamente do Presidente da República.

Falando num jantar comemorativo dos 29 anos da Revolução dos Cravos,

Carlos César sublinhou que a proposta de revisão constitucional irá «tratar do problema das autonomias regionais». Os socialistas açorianos defendem que o ministro da República para as regiões autónomas passe a relacionar-se directamente com o Chefe de Estado, e deixe de responder perante o Governo central.

Quanto às eleições regionais, Carlos César sublinhou que a obra do Governo que lidera constitui a melhor garantia da vitória no próximo ano. Apelou, por isso, aos dirigentes e militantes socialistas para deixarem a «oposição falar», uma vez que o partido terá de responder "aos desafios do progresso" do arquipélago.



## FEDERAÇÃO DE COIMBRA CONTRA PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA

A Federação de Coimbra do PS manifestou-se contra a privatização dos serviços municipais de água, sublinhando ser necessário salvaguardar que o abastecimento desse bem fundamental não possa transformar-se numa mera lógica de lucro.

Em conferência de Imprensa, o presidente da Federação, Victor Baptista, exigiu por isso que a gestão do futuro Sistema Multimunicipal de Água e Saneamento do Baixo Mondego e Bairrada seja liderada por capitais públicos e acusou o presidente da autarquia de sonegar informação.

O PS/Coimbra defendeu que em caso de privatização da empresa Águas de Portugal, que irá gerir o futuro Sistema Multimunicipal, os municípios envolvidos deverão poder adquirir dois por cento

do capital social, para garantir a permanência no sector público da maioria do capital.

O PS não poupou críticas ao presidente da Câmara, Carlos Encarnação, acusando-o de autarca laranja de ter "sonegado informação" sobre o processo aos vereadores da oposição.

"Falta explicar o negócio", afirmou o vereador e presidente da Concelhia de Coimbra do PS, Luis Vilar, que reclama de Carlos Encarnação a divulgação à oposição dos estatutos ou pacto social do futuro sistema, bem como do património dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento (SMASC) que será transferido para a empresa gestora. Os socialistas combricenses alertaram que os 25 milhões de euros que a autarquia receberá por aderir ao sistema

resultam da compensação entre o custo de captação actual (10 cêntimos) e o preço a pagar já em 2004 pelo consumidor (30 cêntimos), que será três vezes superior.

O PS/Coimbra criticou ainda o "método de adição" introduzido pelo Governo na legislação que prevê a constituição de áreas metropolitanas, comunidades urbanas ou comunidades intermunicipais. "A diferença ao nível das competências, atribuições e recursos financeiros não existe. É a diferença entre um casamento e um matrimónio", considera a Federação. Para os socialistas de Coimbra, "estamos perante um retrocesso, uma desqualificação institucional" relativamente ao regime legal anteriormente estabelecido para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

O País relativo

## A REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

*Mais uma vez, o PSD não resistiu à tentação populista, insistindo, demagogicamente, no âmbito da Lei de financiamento, na ideia da criminalização e no adiamento da sua entrada em vigor [...]. No fundo, a mensagem que quiseram passar aos portugueses foi que «os políticos são uns malandros que andam a sacar dinheiro ao contribuinte», já tão penalizados pelas medidas «corajosas» da dra. Ferreira Leite.*



FILIPE NUNES

Depois de um período revolucionário de forte participação política, com a consolidação democrática, os portugueses foram, progressivamente, à sua vida - deixando a política para «os políticos». De facto, segundo vários indicadores, a partir da segunda metade da década de 80, tornaram-se mais nítidos os problemas de qualidade da democracia portuguesa.

A abstenção não pára de aumentar. Poder-se-ia pensar que, como acontece noutras democracias, essa quebra na participação eleitoral seria compensada com níveis positivos de participação cívica. Mas não: os portugueses não se mobilizam para quase nada e sentem-

se distantes do poder - especialmente as mulheres. Por outro lado, cada vez menos cidadãos se identificam com a oferta partidária e, como tal, a fidelidade eleitoral é muito reduzida. Entretanto, nos últimos tempos, vários «casos» surgiram na imprensa atingindo as mais variadas instituições do Estado de Direito Democrático - o que só terá aumentado o clima de desconfiança e o campo para o populismo.

Partindo, seguramente, deste tipo de preocupações, em 1997, a Assembleia da República aprovou mais uma revisão constitucional - que desta vez abria caminho a um importante conjunto de reformas no sistema político. Consequentemente, em 2001 alargou-se o voto nas presidenciais aos emigrantes e regulamentou-se as candidaturas de cidadãos eleitores às autarquias locais. Por razões de taticismo eleitoral, o PSD bloqueou as reformas no sistema eleitoral da AR (em 1998) e no sistema de governo local (em 2001) - reformas que permitiriam aproximar eleitores e eleitos e acabar com a tão falada «promiscuidade» entre presidentes de câmara e vereadores da oposição.

Depois de uma série de reuniões na comissão eventual para a reforma do sistema político, e na linha dos seus compromissos eleitorais, parecia que PSD e PS tinham finalmente chegado a acordo acerca de três matérias: o financiamento público das campanhas e dos partidos, as limitações de mandatos executivos autárquicos e a revisão da lei dos partidos. São reformas importantes para a transparência, renovação e democraticidade da vida pública.

Para tudo e para nada, fala-se de «consensos nacionais». Mas se há matéria que exige consenso entre os dois maiores partidos é precisamente a reforma do sistema político. É que estamos a tratar das regras do jogo democrático. Acontece que, mais uma vez, o PSD não resistiu à tentação populista, insistindo, demagogicamente, no âmbito da Lei de financiamento, na ideia da criminalização e no adiamento da sua entrada em vigor - ou não fosse Santana Lopes o (ir)responsável do PSD por esta área. No fundo, a mensagem que quiseram passar aos portugueses foi que «os políticos são uns malandros que andam a sacar dinheiro ao contribuinte», já tão penalizados pelas medidas «corajosas» da dra. Ferreira Leite. O PS não podia fazer o papel de idiota útil em mais um episódio de degradação da imagem das instituições democráticas.

Esperemos que este lamentável episódio não tenha comprometido definitivamente as reformas que estão para vir. Só com um genuíno espírito reformista é que poderemos inverter a tendência para o afastamento dos cidadãos da vida política. O PS, no seu último congresso, já deu o exemplo, sendo hoje claramente o partido com o sistema de financiamento e organização mais transparente e aberto aos cidadãos. A reforma do sistema político começa pelo financiamento e pela organização dos partidos, mas não pode ficar por aqui. É essencial que se avance para a introdução de círculos uninominais de candidatura no sistema eleitoral da AR e para os executivos homogêneos e reforço das competências das Assembleias Municipais no sistema de governo autárquico.

É certo que não se pode pedir à reforma do sistema político aquilo que dela não depende. Claro que muito depende dos comportamentos dos agentes políticos e das atitudes dos cidadãos. Mas há reformas institucionais que ajudam a mudar comportamentos e atitudes. A reforma do sistema político deve assim ser vista como um conjunto de medidas que, isoladamente, talvez não mudem muito, mas que, no seu todo, vão contribuir para melhorar a relação dos portugueses com as instituições democráticas.

## GOVERNO E PSD PARTIDARIZAM REGIÃO DE TURISMO DO ALGARVE

O PS lamentou "o excessivo envolvimento do Governo e do PSD" nas eleições para a Região de Turismo do Algarve, "o que condicionará a independência deste órgão que se pretende descentralizado e representativo da vontade da região".

Em comunicado, a Federação do PS/Algarve manifesta a sua estranheza pelas substituições registadas neste acto eleitoral, já que, frisa, "o ministro dos Transportes, não encontrando ninguém na sua área de tutela, se fez representar por um consultor hospitalar e por um

investigador universitário para intervir na votação".

Por outro lado, refere o PS/Algarve, "o secretário de Estado do Turismo designou uma pessoa ligada à actividade privada do sector automóvel para defender os interesses do turismo nacional".

O PS espera que "o Algarve e o seu turismo não saiam lesados desta eleição", uma vez que "o tecido empresarial ligado ao sector, fortemente representado na lista derrotada, não mereceu a melhor atenção do Governo

e do PSD/Algarve".

Neste quadro, os socialistas consideram que "a velha lógica partidária, que queríamos ultrapassada, voltou a imperar, constituindo um profundo retrocesso" para esta Região de Turismo.

Na nota à Imprensa, o PS congratula-se ainda com os "resultados alcançados" por Paulo Neves à frente dos destinos da Região de Turismo do Algarve, no mandato que agora termina, que se traduziu "num impulso positivo para aquela instituição e para desenhar novos projectos para a região".

### AÇORES

## SOCIALISTAS CONTESTAM REDUÇÃO DA ÁREA DA UNIVERSIDADE DE ANGRA

O PS da Terceira está contra a redução da área de construção das novas instalações da Universidade de Angra do Heroísmo, que considera um "claro recuo no desenvolvimento" da ilha.

Em causa estão menos mil metros quadrados de construção, que para Sérgio Ávila constitui «uma machadada na economia da ilha com a consequente redução do número de alunos e professores». Para o PS/Terceira, o número ideal de alunos do departamento da Universidade de Angra

deve representar, pelo menos, dois por cento do total da população da ilha, que é de cerca de 55 mil habitantes.

Em conferência de Imprensa, contra a possível redução da área da Universidade de seis para cinco mil metros quadrados, Sérgio Ávila apelou a toda a população «para que defenda a existência de um departamento que possua pelo menos 25 por cento do número total de alunos da universidade dos Açores».

Para potenciar o turismo e servir os

açorianos, os deputados do PS da Assembleia Legislativa Regional eleitos pela Terceira exigiram voos regulares entre esta ilha e os Estados Unidos da América e Canadá.

Em conferência de Imprensa, a Horta, o deputado Francisco Barros sustentou que estas ligações aéreas constituiriam "uma das melhores formas de potenciar e promover de forma concertada o sector do turismo, no que diz respeito à política de transportes aéreos".

## PS/ÁGUEDA ACUSA PSD DE IMPEDIR ACTUAÇÃO DO PODER JUDICIAL

O PS/Águeda está contra a forma como foi levantada a imunidade parlamentar ao deputado do PSD António Cruz Silva, alegadamente envolvido num caso de corrupção e peculato e pelo qual foi indiciado, em Janeiro passado. Os socialistas lamentam a decisão do

Parlamento, que impõe que o deputado laranja deponha por escrito e não seja alvo de medidas de coacção e acusam o PSD de tentar "ocultar a verdade e impedir a actuação do poder judicial".

"Lamento a posição do deputado António Cruz Silva. Quem não deve não teme,

e, quando se tem, é porque há contas a fazer", afirmou Celestino Almeida, membro da Comissão Política da Concelhia do PS/Águeda, acrescentando que a Assembleia da República "está a imiscuir-se no poder judicial e a limitar as suas funções".

## A RESOLUÇÃO Nº 7/2003 DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*Com o tratamento de choque que lhe está a ser aplicado pelo actual Governo a economia portuguesa definha, a estrutura produtiva não se converte e a consequente explosão social pode estar a acontecer.*

Em 9 de Janeiro do corrente ano foi apreciada na Assembleia da República a Resolução nº 7/2003 relativa à actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento, para o período de 2003/2006, que o Governo apresentou em Bruxelas.

O Partido Socialista que participou na elaboração da Proposta de Resolução acabou por se abster na votação final do documento, ao que supunho, por divergências com o conteúdo do ponto nº 3.

O citado ponto compromete a Assembleia da República com as opções de política económica que enquadram a revisão do Programa de Estabilidade e Crescimento e nomeadamente com o modelo de desenvolvimento económico e social que o Governo definiu (???) para o País.

É evidente, apesar do escasso valor jurídico do documento em análise, que do ponto de vista político é relevante que uma ampla maioria de 215 deputados (PSD, PS e CDS) aprove (ou não inviabilize) o processo de consolidação das finanças públicas ajustado entre o Governo português e a Comissão Europeia.

Este documento e sobretudo o seu simbolismo político foi, de resto (e bem), apresentado recentemente na Comissão de Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu pelo deputado João Cravinho que representava, nessa oportunidade, a Assembleia da República portuguesa.

É importante pois que a Resolução nº 7/2003 da Assembleia da República não caia, como é costume dizer-se em sacro rol e, nomeadamente, que se verifique se estão a ser respeitadas as linhas orientadoras, mas também limitadoras, da revisão do Programa de Estabilidade e Crescimento e, ainda, se o ambiente económico e social do país é o ajustado às medidas de política orçamental que nessa Resolução estão contidas.

O Deputado João Cravinho teve oportunidade de verificar na reunião atrás citada (na qual estiveram presentes representantes de praticamente todos os parlamentos da União Europeia) que o ambiente económico actual, as perspectivas para o futuro imediato e a incerteza que lhes está associada não são, neste momento, as mais adequadas a uma correcta e inteligente aplicação do Pacto (sem incumprimento dos Tratados) de forma a obter a consolidação das finanças da União Europeia.

Todos concordam que o Pacto de Estabilidade e Crescimento é válido e está em pleno vigor (como poderia de resto concluir-se coisa diferente?) mas todos reconhecem também que a sua aplicação deve ser feita "crescentemente" com maior inteligência e com a dose de flexibilidade necessária para ultrapassar a situação de estagnação (e no caso português de recessão) que se vive na economia europeia.

Os pronunciamentos recentes nesse sentido feitos pelos Governos francês e alemão, cujas economias representam cerca de 52% do PIB total dos actuais 12 membros da UEM, são a este título extremamente significativos.

É, aliás, de assinalar que as regras que a Comissão aplica, neste momento, para verificação de situações de desvio orçamental são já muito diferentes (para melhor), embora ainda insuficientes das que defendia e aplicava no início do ano anterior.

Tal significa que ao contrário do Governo português, sempre disponível para cumprir a qualquer custo social e (ou) económico, as metas fixadas por Bruxelas, os principais países da União Europeia estão "despercebidos" para a invulgar crise que atravessa as suas economias e disponíveis para a inverterem com as adequadas políticas pró-activas, mesmo que tal signifique a "violação" temporária do Pacto de Estabilidade (e Crescimento).

Com o tratamento de choque que lhe está a ser aplicado pelo actual Governo a economia portuguesa definha, a estrutura produtiva não se converte e a consequente explosão social pode estar a acontecer.

Ora os limites que a Assembleia da República definiu para o cumprimento do Programa de Estabilidade e Crescimento (revisão) comportam a margem adequada de flexibilidade e definem suficientemente os objectivos de política económica que permitiriam ao Governo actuar de outra forma.

Desde logo porque qualificam o Pacto de Estabilidade e Crescimento (e portanto o seu respeito) como uma ferramenta indispensável para promover a coesão económica e social e o crescimento da União Europeia, o que necessariamente é válido para cada uma das partes (países) que a compõem. Mas também porque subordinam a disciplina financeira à obtenção de níveis estáveis e significativos de investimento público que garantam a absorção de fundos estruturais comunitários, a modernização infraestrutural e a promoção da convergência real da economia portuguesa com a União.

Ao optar quase exclusivamente por uma política orçamental restritiva (que não lhe era exigida em 2002 pela Comissão Europeia) e quando apresentou resultados orçamentais exclusivamente devidos a receitas fiscais extraordinárias irrepetíveis, o Governo português definiu um caminho que, sendo o mais fácil no curto prazo, é inequivocamente o mais doloroso e ineficaz no longo prazo.

Será aliás oportuno que, como a Resolução da Assembleia da República o recomenda (também), o escrutínio do valor do défice em 2002 de que o Governo tanto se congratula, fosse feito em obediência aos mesmos critérios de contabilização de receitas e despesas públicas que foram válidas para o reporte das contas do ano anterior.

É fundamental que a oposição e nomeadamente o PS (que se comprometeu com a revisão do Programa de Estabilidade e Crescimento, nos termos definidos pela Assembleia da República) proceda com rigor à verificação das condições da aplicação do Programa revisado denunciando o sistemático incumprimento pelo Governo dos acordos estabelecidos.

Visto de Bruxelas

## CONVENÇÃO DISCUTE POSSIBILIDADE DE UM ESTADO ABANDONAR A UNIÃO



MANUEL DOS SANTOS

Poder ou não abandonar a União Europeia e em que condições, foi um dos temas mais quentes da última reunião da Convenção sobre o Futuro da Europa, que decorreu em Bruxelas, no dia 25 de Abril.

O tema, apresentado na proposta de artigo 46 para futura Constituição, foi objecto de uma acesa discussão e embora tenha sido aceite por muitos "convencionais" a adopção daquele princípio, ficou claro que o mecanismo que venha a permitir o abandono do estatuto de membro da União Europeia, que agora não existe, terá de ser submetido a um conjunto de regras muito apertadas, de forma a prejudicar o menos possível os restantes Estados-membros.

O artigo 46 que foi proposto a debate estabelece que qualquer Estado que pretenda deixar a União notifique o Conselho da sua intenção e negocie as modalidades da saída. O Conselho deveria depois decidir por maioria qualificada, após parecer favorável do Parlamento Europeu. Caso não se chegasse a acordo, a saída seria efectiva dois anos depois da notificação. Como referiu o eurodeputado Luis Marinho, representante do Parlamento Europeu na Convenção, os "convencionais" estão de acordo em adoptar o artigo 46, mas há uma corrente muito forte no sentido de dificultar a saída de um Estado-membro, o que só deverá ocorrer no momento da revisão dos Tratados.

A adopção deste princípio destina-se essencialmente a dar uma resposta às expectativas dos países da Europa Central e de Leste que a partir de 2004



estarão integrados na União Europeia, na medida em que esses Estados "já pertenceram a grandes impérios onde nunca quiseram estar e de onde lhes foi difícil sair", refere o eurodeputado. Na sua opinião, "é preciso explicar os futuros membros que a União tem uma porta aberta de entrada, mas também outra de saída. A Europa constrói-se pela livre vontade dos que nela acreditam e participam. Só cá está quem quer".

Mas a adopção de um princípio desta natureza levanta uma série de questões muito delicadas, quer para os que eventualmente possam sair, quer para os que ficam. Daí que seja necessário tomar cautelas especiais. Para Luis

Marinho, há essencialmente dois motivos que justificam a adopção de regras para a saída de um Estado-membro. Por um lado, tem de ficar claro perante a opinião pública que a pertença à União Europeia não implica que os Estados fiquem amarrados com grilhetas. Por outro, que a pertença a uma União de Estados deixa marcas no ordenamento jurídico, porque há um conjunto diverso de circunstâncias que se altera, como a geografia, as expectativas de quem fica, as finanças, os equilíbrios internos, a economia, entre outras coisas. Por isso, no momento em que um Estado quiser sair, será necessário fazer todas as contas, deixá-las a zero, e salvaguardar as expectativas dos particulares e das empresas, que ficarão prejudicados por uma decisão dessa natureza.

"A saída de um Estado não é meramente assunto de direito político, público e internacional. É matéria também de direito privado e de tutela de direitos subjectivos dos cidadãos e inclusivamente de direitos de personalidade", afirmou Luis Marinho nos trabalhos da Convenção.

Na opinião do eurodeputado, a União Europeia fica mais democrática com a adopção deste artigo, porque ele tem uma grande valor pedagógico e faz perceber que a plena adesão é um acto de vontade e de liberdade.

A vida democrática da União, o estatuto das igrejas e das organizações não confessionais e os acordos de associação com países terceiros foram outros assuntos discutidos nos trabalhos da Convenção.

PP.

## "GRUPO DOS QUATRO" AVANÇA PARA UNIÃO DE DEFESA E SEGURANÇA

A França, Alemanha, Bélgica e Luxemburgo decidiram dar os primeiros passos na criação de uma União Europeia de Defesa e Segurança, realizando no final do mês passado uma reunião que já estava prevista antes de ter ocorrido a crise do Iraque, mas que por isso mesmo ganhou agora maior relevância política. A intenção deste grupo é ter a estrutura operacional no Verão de 2004, contando para isso com a adesão e as propostas de outros Estados-membros da União Europeia. As iniciativas para explicar os objectivos desta estrutura têm-se sucedido rapidamente. No dia 30, a Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu recebeu o primeiro-ministro belga Guy Verhofstad e esta semana reuniram-se os ministros da defesa dos quatro para tentar avançar na concretização dos objectivos traçados.

Para a eurodeputada Maria Carrilho, especialista em assuntos de Defesa e membro suplente da Comissão dos Assuntos Externos, esta iniciativa não configura qualquer incompatibilidade

com a NATO, antes se pretende que a capacidade de defesa que vier a ser criada funcione em estreita coordenação com ela, não só por questões operacionais e diplomáticas, mas também para evitar a duplicação de meios.

Como disse o chanceler alemão Gerhard Schroeder a este propósito, esta estrutura pretende ser parceira e amiga dos Estados Unidos "agora e no futuro". Num comunicado emitido no final do encontro dos quatro, as referências à parceria estratégica com a NATO são explícitas, afirmando que a consolidação da defesa europeia, longe de fragilizar a Aliança Atlântica, contribuirá para a reforçar.

Entre as iniciativas propostas pelo "grupo dos quatro", que serão submetidas à Convenção sobre o Futuro da Europa para discussão, a mais relevante e talvez a mais delicada é a da criação de um núcleo de capacidade colectiva de planificação e de condução de operações, que possa ser activado independentemente da NATO. As outras

são a solidariedade entre os membros da organização, que obriga os restantes a socorrer o que estiver em dificuldades, o desenvolvimento de projectos operacionais e diplomáticos, designadamente a nível da aeronáutica, e o aumento do investimento em equipamento militar

Antes de concordar com a iniciativa e de encontrar pontos positivos relativamente a algumas das propostas operacionais, Maria Carrilho considera que talvez o *timing* não tenha sido o melhor. Na sua opinião, "talvez fosse útil esperar um pouco para limar algumas das arestas vivas que ainda existem e resolver esta conjuntura actual de reconstrução do Iraque, que é mais consensual".

Para já, a proposta que a eurodeputada considera mais positiva é a da criação de uma capacidade de intervenção rápida (diferente da Força de Reacção Rápida, que pode mobilizar 60.000 efectivos) para intervenção em catástrofes naturais e humanitárias, e que conlará, em boa parte, com os meios já existentes da brigada franco-alemã.

ANTÓNIO CAMPOS

## DIVULGADOS NÚMEROS DA INJUSTIÇA NA DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS AGRÍCOLAS

Portugal é o Estado-membro da União Europeia onde a distribuição dos fundos comunitários para a agricultura é mais desequilibrada e injusta, com as 100 maiores explorações a receber 6,04 por cento do total pago ao abrigo do FEOGA-Garantia.

Estes dados foram finalmente obtidos pelo eurodeputado socialista António Campos, que já há alguns anos vem insistindo com a Comissão Europeia para que lhe faculte as percentagens relativas à distribuição dos fundos comunitários pelos 100 maiores beneficiários. Embora ainda não constem os nomes dos seus beneficiários directos, que é o objectivo perseguido por António Campos, em nome da transparência, o eurodeputado considera que a divulgação, finalmente, destes dados é um primeiro passo.

"Pela primeira vez na vida da União conseguimos o acesso ao volume financeiro dos 100 maiores beneficiários de ajudas à produção em 14 Estados-membros", afirma, acrescentando que, não obstante este dinheiro ser público, continuam a não ser conhecidos os nomes dos respectivos beneficiários, o que, apesar de tudo, continua a ser "uma afronta à transparência".

Para António Campos, esta grande injustiça destrói o mundo rural, as produções e aniquila o rendimento dos agricultores, provocando os êxodos



rurais que tantos desequilíbrios têm provocado no nosso país.

Portugal tem 412.600 explorações agrícolas, 160.000 das quais não recebem quaisquer ajudas à produção. Em contrapartida, os referidos 6,04 por cento do total das ajudas recebidas pelas 100 maiores explorações portuguesas correspondem a 22.983 milhões de euros (cerca de 4,6 milhões de contos). O país que, a grande distância, vem em segundo lugar na concentração das ajudas, com 3,93 por cento atribuído às 100 maiores explorações, é a Suécia, cuja agricultura tem características muito

diferentes e onde a riqueza é uma das melhor distribuídas pelos seus cidadãos. Para alterar esta injustiça, o eurodeputado defende o estabelecimento de um tecto máximo para as ajudas que - afirma -, até na ultraliberal América existe. Na sua opinião, esse tecto deveria ser de 100.000 euros, o que permitiria uma redistribuição dos fundos mais equitativa, sobretudo para as explorações agrícolas mais pequenas. Na primeira proposta de reforma da Política Agrícola Comum, o comissário Franz Fischler ainda propôs que esse tecto fosse de 300.000 euros. Mas depois a França, com o apoio do Governo português, torpedeou essa proposta, que acabou por ser abandonada.

Para António Campos, deveria também ser mudado o estatuto público das associações do sector, de forma a deixá-las menos permeáveis ao poder político, permitindo assim que as situações de injustiça pudessem ser denunciadas de forma transparente.

A análise da repartição das ajudas por escalões, divulgada também recentemente, permitiu constatar "uma impressionante e insustentável injustiça e imoralidade", na medida em que "em nome dos agricultores, está a ser alimentado um pequeníssimo lóbi de interesses que manipula a opinião pública e os próprios agricultores".

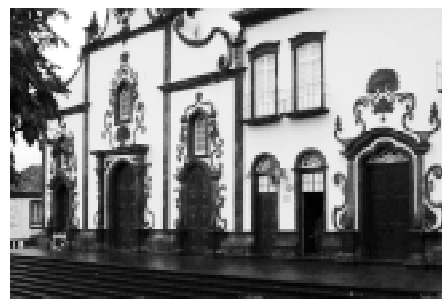
pp.

PAULO CASACA

## AGRICULTORES LESADOS PELOS TEMPORAIS NOS AÇORES DEVEM SER APOIADOS

Os agricultores açorianos deviam ser apoiados com medidas específicas de apoio para compensar os estragos causados pelos violentos temporais que se abateram sobre o arquipélago nos passados dias 11 e 12 de Abril, defende o eurodeputado Paulo Casaca.

Numa pergunta escrita dirigida à Comissão, o eurodeputado socialista pretende saber se, "à semelhança do que foi feito para os agricultores do Centro da Europa afectados por intempéries de Verão, a Comissão está a pensar contemplar os agricultores açorianos com medidas específicas que minimizem o impacto negativo que irão ter nos seus rendimentos".



Os temporais causaram estragos em habitações e infra-estruturas públicas de todas as ilhas do arquipélago, tendo sido particularmente grave ao nível da agricultura. "Como tive oportunidade de testemunhar pessoalmente, existem destruições profundas e generalizadas em todas as produções em estufa, com particular incidência nas estufas de ananás em São Miguel. As produções hortícolas e frutícolas - e aqui em especial a banana, a laranja e o maracujá - sofreram grandes danos, sendo que no vinho a devastação é quase total", afirma Paulo Casaca.

Para o eurodeputado, esta situação, aliada ao facto de a região dos Açores ser afectada por estes fenómenos com grande frequência, exige uma resposta da Comissão Europeia para além das acções específicas para catástrofes já previstas no Programa Regional de Fundos Estruturais (PRODESA).

SÉRGIO SOUSA PINTO

## UNIÃO QUER REGULAR TRANSFERÊNCIA DE IMIGRANTES ILEGAIS PARA MACAU

A Comissão das Liberdades Públicas do Parlamento Europeu nomeou o eurodeputado socialista Sérgio Sousa Pinto relator do parecer relativo a um novo acordo que estabelece as condições de readmissão na Região Autónoma Especial de Macau dos imigrantes ilegais encontrados no território da União Europeia.

Sérgio Sousa Pinto realça desde logo a importância da elaboração deste parecer ser atribuída a um deputado português, por se tratar de uma região com a qual temos profundas afinidades históricas e interesses específicos. "Os laços históricos que unem Portugal a Macau, bem como a especificidade jurídico-política da Região Administrativa impõem uma atenção especial sobre a salvaguarda das garantias dos titulares de passaportes daquela região e sobre as condições do Acordo, não esquecendo a sua aplicação prática", afirma.

Segundo afirma, a União Europeia pretende estabelecer um acordo com Macau que leve as autoridades a reconhecer e receber os imigrantes ilegais que sejam encontrados no

território da União. Com efeito, nem sempre tem sido fácil levar alguns países a aceitar o regresso dos seus naturais que imigraram ilegalmente. A China tem sido precisamente um desses países.

Para a elaboração do seu parecer, o eurodeputado procurará conhecer as preocupações das autoridades de Macau, de forma a serem contemplados aspectos que não constam do acordo entre a União Europeia e Macau. "Temos a preocupação de que o regime seja tão favorável como aquele que vigora em relação a Hong Kong", disse. Para facilitar a readmissão de nacionais de países terceiros, os Estados-membros da União Europeia passaram a utilizar, a partir de 1994, um modelo de acordo como base para as negociações com países terceiros.

De acordo com este modelo, os países signatários readmitem no seu território, sem qualquer formalidade, todas as pessoas que possuam a nacionalidade desse país e que se encontrem em situação ilegal ou que tenham atravessado ilegalmente as fronteiras.

Em 1995 foram adoptados os princípios directores para a execução dos acordos

de admissão, que prevêem que as pessoas detidas nas zonas fronteiriças sejam transferidas por "processo acelerado", sendo a notificação feita sem recurso a quaisquer formalidades especiais. A identificação das pessoas será feita com base em provas ou numa presunção, consoante os documentos de identidade disponíveis.

Sousa Pinto considera relevante o facto de se reconhecer a diferença em relação à China, o que significa a preservação do estatuto especial da Região. Depois da reunificação com a China, em 1999, Macau continuou a gozar de um elevado grau de autonomia ao nível dos assuntos internos e do controlo da imigração na entrada, permanência e saída do território.

De recordar que ainda na última sessão plenária do Parlamento Europeu foi aprovado o segundo relatório anual sobre a RAEM, da autoria de Mário Soares, reiterando-se assim o apoio da União Europeia à aplicação integral da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, subordinada ao princípio "um país, dois sistemas"

pp.

HELENA TORRES MARQUES E MANUEL DOS SANTOS

## ESTAGNAÇÃO EUROPEIA EXIGE OUTRAS POLÍTICAS ECONÓMICAS E FISCAIS

As políticas económicas e fiscais da União Europeia estão totalmente desadequadas para o momento de estagnação que actualmente se vive. Esta foi a posição assumida, em Estrasburgo, pelos eurodeputados Helena Torres Marques e Manuel dos Santos perante o comissário Pedro Solbes, responsável pelos assuntos económicos e monetários.

Os eurodeputados defenderam a necessidade da União fazer progressos ao nível da política fiscal dos Quinze, que permaneça muito dispart, bem como na criação de mecanismos mais flexíveis para o cálculo do défice público de cada Estado-membro.

Helena Torres Marques considerou "absurdo" que a política fiscal continue a manter-se constante, quando a União está confrontada com um ciclo económico de baixo crescimento e até de recessão em alguns países, como é o caso de Portugal.

Manuel dos Santos, por sua vez, considerou que a Comissão deve definir "critérios mais flexíveis para o cálculo do défice, que excluam do seu valor a despesa resultante de investimentos públicos produtivos e com uma ligação inequívoca à 'Estratégia de Lisboa'".

O eurodeputado referiu ainda que na actual situação económica da União, a margem de manobra para o funcionamento dos chamados estabilizadores automáticos é praticamente inexistente: "Os ganhos que deles poderiam advir acabam por ser anulados pelos compromissos de contenção orçamental", considerou.

# FERRO DEFENDE ELEIÇÕES INTERCALARES EM FELGUEIRAS

O PS usa os mesmos critérios de ética política para os casos de Paulo Portas ou da ex-autarca de Felgueiras, afirmou ontem o secretário-geral socialista, à saída de uma reunião com o Presidente da Alemanha, Johannes Rau. Ferro Rodrigues defendeu igualmente a realização de eleições intercalares para a Câmara de Felgueiras, após ter sido determinada a prisão preventiva de Fátima Felgueiras.

Ferro Rodrigues não considerou oportuno comentar a decisão do Tribunal da Relação de Guimarães, que determinou a detenção da edil.

"Não compete aos partidos fazerem eles próprios julgamentos antecipados na praça pública. Nunca fiz isso com o actual ministro de Estado e da Defesa, Paulo Portas", respondeu.

No entanto, o líder do PS disse ser "fundamental colocar sempre como prioridade o primado do bom nome dos políticos e dos governantes, seja a nível nacional, seja a nível local".

O líder socialista disse rever-se na posição assumida pelo presidente do PS/Porto, Francisco Assis, que ontem pediu aos vereadores do PS em Felgueiras que se demitam, abrindo caminho a eleições antecipadas.

Interrogado sobre a possibilidade de o PS perder em Felgueiras, caso se disputem eleições intercalares, o secretário-geral socialista argumentou que o principal na vida política "não é ganhar eleições". "O fundamental é cumprir a lei", acrescentou.



## Assis pede demissão a vereadores do PS

Por seu turno, Francisco Assis alertou para o facto de a polémica em torno da Câmara de Felgueiras ter contribuído para "a degradação da imagem e do prestígio das instituições democráticas", afectando a confiança que os cidadãos têm nas mesmas.

À saída de uma reunião na distrital portuense, o presidente da federação revelou que vai esta semana a Felgueiras para solicitar aos vereadores do PS que renunciem aos seus mandatos, de forma a que seja "devolvido o poder ao povo", convocando-se novas eleições.

O presidente do PS/Porto referiu que comunicou a decisão do secretariado distrital, quer ao presidente em exercício da Câmara de Felgueiras, António Pereira, quer ao Secretariado Nacional do Partido.

"Não podemos ter um discurso e uma prática diferente desse discurso", afirmou Assis, salientando que "o princípio da presunção da inocência continua a aplicar-se a todos os arguidos", mas "o que releva é vertente política".

Francisco Assis sublinhou que o PS se orgulha do trabalho feito em Felgueiras e expressou a sua "solidariedade pessoal" a todos os envolvidos no processo.

## MIGUEL MEDEIROS PROMOVE REGIÃO DO SICÓ NO PARLAMENTO

Promover na Assembleia da República os produtos gastronómicos da região do Sicó, foi o objectivo de uma iniciativa do deputado e presidente da Federação do PS de Leiria, Miguel Medeiros.

O deputado convidou alguns representantes da região, que estiveram presentes com as suas riquezas gastronómicas, como vinhos, queijos, frutos secos e mel, não tendo faltado o traje regional que alguns dos

presentes envergaram. O encontro, que chamou a atenção de muitos deputados e funcionários dos vários partidos políticos, funcionou como uma boa operação de marketing e de valorização da região.



**ATENÇÃO**  
ATÉ AO DIA 31 DE MAIO,  
AS QUOTAS  
AINDA PODEM SER PAGAS  
POR MULTIBANCO

www.ps.pt



## ÉVORA

## CÂMARA CONTRA ALTERAÇÃO DA SISA

A Câmara Municipal de Évora contestou a alteração das taxas do imposto de sisa, anunciadas pelo Governo, alegando que a medida significaria, este ano, "uma redução de receita da autarquia em mais de um milhão de euros".

De acordo com as contas da autarquia socialista, a reforma proposta pelo Executivo "virá agravar ainda mais a situação financeira" do município.

Numa moção aprovada por unanimidade, a câmara concorda com a convocação de um congresso extraordinário dos municípios portugueses e apela a todos os deputados, independentemente do partido pelo qual foram eleitos, para que votem contra a reforma proposta pelo Governo.

"Em vez de reduzir o IRS, o IRC ou mesmo o IVA, o Governo optou pelo



caminho mais fácil cortar em 45 milhões de contos as receitas municipais o que, necessariamente, originará a suspensão

de diversas obras e o aumento da dívida das autarquias a empreiteiros e fornecedores", alega a autarquia.

## VILA FRANCA DE XIRA

CRIADOS  
NOVOS ESPAÇOS DE LAZER

As obras no Campo do Cevadeiro, na zona ribeirinha de Vila Franca de Xira, que contam com um investimento superior a 1,2 milhões de euros, vão arrancar este mês.

A obra inclui a construção de grandes zonas de passeio e de um parque infantil com um bar de apoio.

Segundo a autarquia socialista, o objectivo deste projecto é transformar aquela zona num "espaço agradável onde a população possa ir passear durante todo o ano".

Actualmente o Campo do Cevadeiro, localizado junto à Praça de Touros de



Vila Franca de Xira, é um terreno em terra baldia, frequentado pela população apenas quando ali se realiza alguma

iniciativa.

Com as obras que agora vão arrancar, e que foram adjudicadas na última reunião do executivo camarário, "a fisionomia do terreno será completamente alterada", conforme sublinhou a autarquia.

A presidente da Câmara Municipal, Maria da Luz Rosinha lembrou que a maioria das iniciativas que se realizam naquele local durante o ano acontecem dentro do Pavilhão do Cevadeiro, o qual, futuramente, também deverá ser substituído por outro com "mais qualidade" e melhores condições acústicas.

## ABRANTES

CÂMARA ABRE POSTO  
DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

O concelho de Abrantes já tem um posto de atendimento ao cidadão a funcionar na câmara municipal, onde são prestados diversos serviços aos munícipes e visando poupar tempo na resolução dos seus assuntos.

Este projecto tem segundo a autarquia socialista, "um interesse municipal

indubitável", pelos benefícios que traz aos cidadãos em termos de desburocratização e poupança de tempo útil. O presidente da autarquia, Nelson Carvalho, destaca ainda a "comodidade que os munícipes vão ter no tratamento dos documentos, para os quais teriam de andar a correr para fora do

concelho".

Outra das vantagens do posto de atendimento ao cidadão é que os abrantinos podem também acompanhar, através da Internet, a evolução dos respectivos processos na autarquia, e ao mesmo tempo solicitar e obter documentação de várias entidades.

## ALCOCHETE

MUNICÍPIO ENTREGA CASAS  
PARA COMEMORAR 25 DE ABRIL

A Câmara Municipal de Alcochete assinou as comemorações do 25 de Abril com a entrega das chaves de novas casas a 16 famílias, no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER).

O presidente da autarquia, José Dias

Inocêncio lembrou que "com o limite ao endividamento imposto às autarquias e a redução da sisa e contribuição autárquica, o processo de realojamento fica perfeitamente paralisado, porque nenhuma câmara vai poder fazer mais

habitação social", salientou.

O autarca socialista defendeu ainda que "o Governo deve definir medidas de compensação para as autarquias no Orçamento de Estado de 2004, para que seja possível avançar com o PER".

## Opinião

A QUEBRA BRUTAL  
DO INVESTIMENTO

JOEL HASSE FERREIRA

1. O actual Governo tudo tem feito para diminuir o investimento e conseguiu provocar efectivamente uma quebra drástica nesse domínio. A sua preocupação quase exclusiva com o défice tem-no impedido de desenvolver a economia nacional. A óptica governamental dominante conjuga as restrições financeiras com as manipulações contabilísticas.

Poder-se-ia dizer que, ao menos, estão a equilibrar as contas públicas. Nem isso é verdade. Não há uma consolidação real das finanças públicas, há sim uma cosmética primária, baseada em manipulações (ou manigâncias) contabilísticas, assentes na obtenção de receitas extraordinárias (vendas de património edificado, receitas provenientes do perdão fiscal), como há um adiamento de despesas correntes (mesmo em serviços públicos), algumas vendas de direitos por décadas (como por exemplo no caso da CREL) e a alienação trapalhona de parte do sector empresarial do Estado (como a venda de acções da Brisa).

Ora, a quebra do investimento acarreta a redução progressiva da actividade económica e o consequente aumento do desemprego, com consequências sociais e até financeiras graves, já que as despesas com a Segurança Social aumentam.

2. As actuais previsões sobre a economia portuguesa elaboradas por diversos organismos internacionais evidenciam a descrença nas "performances" portuguesas futuras, traçando um quadro cinzento escuro do futuro. Concretamente, o Fundo Monetário Internacional prevê, para 2003, um decréscimo do PIB português em 0,3 por cento e um défice público de 3,9 por cento, ou seja a continuação da recessão e o incumprimento dos objectivos orçamentais.

Em qualquer caso, e o que é grave, o investimento em Portugal desceu muito significativamente, o que põe aliás em causa o cumprimento da chamada regra de ouro das finanças públicas, ou seja, que o défice público, quando exista, deve ser sempre inferior ao investimento. É compreende-se o profundo significado social e económico desta regra. Um país só se deve endividar para investir e não para satisfazer consumos correntes. Se for doutra forma, estar-se-á a pôr em causa o desenvolvimento futuro, o que só um volume adequado de investimento pode garantir. Senão estar-se-á a prejudicar o desenvolvimento futuro, em troca de coisa nenhuma. Poder-se-ia dizer que o Governo actual está ao menos a trabalhar para cumprir os critérios de consolidação orçamental estabelecidos no plano europeu. Nem isso é verdade. A dívida pública do Estado português ultrapassou, pela primeira vez, desde há bastantes anos, os 60 por cento do PIB estabelecidos no plano europeu.

3. Entretanto o Governo, não sabemos com que convicção, para dinamizar esse mesmo investimento, criou a Agência Portuguesa de Investimento. O presidente dessa agência, o dr. Miguel Cadilhe, é crítico da actuação governamental neste domínio, o que evidencia as contradições internas do partido no poder e a conflitualidade político-económica latente. O dr. Miguel Cadilhe tem feito um apelo a um aumento de investimento, o que não tem tido eco, nem no Governo nem no Grupo Parlamentar do PSD, mas tem tido ressonância nos meios empresariais, financeiros, laborais e políticos descomprometidos com o actual Governo.

4. O Governo, através de brutais reduções no PIDDAC, nomeadamente nas obras públicas, organizou a quebra do investimento público, com efeitos no investimento das próprias empresas de construção e obras públicas, bem como num conjunto de sectores económicos a montante, nomeadamente: cerâmicas, cimento, metalomecânicas, materiais eléctricos, madeiras e vidros. Em paralelo, a quebra dos investimentos na educação e inovação tecnológica é relevante, o que compromete o futuro. Por outro lado, o adiamento de obras públicas essenciais vem reforçar ou manter as dificuldades logísticas e comerciais de muitas empresas.

A quebra brutal do investimento tem um forte impacto não só na redução do emprego como na diminuição de receitas colectáveis auferidas pelos cidadãos e pelas empresas. A redução do emprego conduz ao aumento da despesa pública, com o necessário incremento dos custos dos subsídios de desemprego e de alguns gastos sociais associados.

O impacto social é enorme, agravado pela desmoralização de boa parte da população que vai perdendo poder de compra.

5. A política do Governo de restrição ao endividamento e de estrangulamento financeiro das autarquias locais tem também um impacto relevante no investimento, ou melhor, na falta dele.

No plano local e regional, o investimento autárquico tem fortes consequências no plano empresarial e no domínio do emprego. As restrições governamentais acabaram por ter um papel muito negativo, desencorajando o investimento no plano local.

Noutro plano, importa referir que a inoportuna subida da taxa máxima de IVA trouxe problemas de redução da procura interna, com uma consequência no plano das encomendas internas ao sector produtivo e a consequente queda do Produto Interno Bruto.

6. A questão do discurso é muito importante, tal como também são os cortes nas obras públicas, na educação, na investigação científica e tecnológica. O discurso da "tanga" lançado há mais de um ano pelo primeiro-ministro foi prolongado pelo miserabilismo da ministra das Finanças, com os cortes cegos dissociados de qualquer reforma da Administração Pública e de qualquer estratégia correcta de investimento quer público quer de encorajamento ao privado.

Em suma, toda a actuação do Governo converge no sentido da deterioração do tecido económico nacional e da quebra do investimento, comprometendo o futuro.

## COMPOSIÇÃO DOS NOVOS ÓRGÃOS FEDERATIVOS

O "Acção Socialista" publica neste número a composição dos secretariados e das mesas das comissões políticas das federações de Leiria, Portalegre, Vila Real e FRO, entretanto eleitos.

FEDERAÇÃO DISTRITAL DE LEIRIA	FEDERAÇÃO DISTRITAL DE PORTALEGRE	FEDERAÇÃO DISTRITAL DE VILA REAL	FEDERAÇÃO REGIONAL DO OESTE
<b>Presidente</b> José Miguel Medeiros	<b>Presidente</b> António José Ceia da Silva	<b>Presidente</b> Ascenso Simões	<b>Presidente</b> José Augusto Carvalho
<b>Mesa da Comissão Política Distrital</b> Fernando Manata Isabel Vígia Fernando Manjolinho	<b>Mesa da Comissão Política Distrital</b> Júlio Miranda Calha José António Rondão Almeida Isabel Raminhas	<b>Mesa da Comissão Política Distrital</b> Fernando Rodrigues Eduarda Sampaio Fernando Moreira	<b>Secretariado da Federação</b> Fernando Rodrigues Augusto Salgueiro Carlos Patuleia João Duarte Victor Teixeira Susana Fortes Rui Arsénio João Pereira Pedro Portela
<b>Secretariado da Federação</b> Ana Paula Noivo Carlos Lopes Fernando Pires Lopes João Paulo Feteira Jorge Gonçalves José Canha José Maria Faria Luís Monterroso Sara Velez Teresa Coelho Virgílio David	<b>Secretariado da Federação</b> Albano Silva António Marmelo Lista António Barrocas Guerra António Chaparro Elsa Grilo Estela Boquinhas Francisco Simão Jaime Estorninho Jorge Costa José Correia da Luz Mária da Piedade Murta Mária do Carmo Soares Mária Manuela Louro Vanda Ricardo José Luís Pina	<b>Secretariado da Federação</b> António Lopes Artur Cascarejo Helena Gil Mária Aline Caetano Allamiro Claro Paulo Pinto Rui Santos Gil Guedes Luís Fontes	

### Comissão Política Nacional Convocatória

Reunião com os Presidentes de  
Federações Nacionais e o Grupo  
Parlamentar do Partido Socialista no  
Parlamento Europeu.

#### Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política

#### Sede Nacional do PS

Largo do Rato, Lisboa  
13 de Maio, às 21h

Confirmar através do nº 21 382 20 14



### CALENDÁRIO PARA AS ELEIÇÕES DO DEPARTAMENTO DE MULHERES DO PARTIDO SOCIALISTA

	Nacionais Dia 9	Federativas Dia 9	Nacionais Dia 10	Federativas Dia 10	Outras datas
Aveiro	17/22h				
B. Alentejo	18/23h				Dia 30/5
Braga	18/23h				
Bragança	17/21,30h				
C. Branco	18/22h				
Coimbra			15/20h	15/20h	
Évora	18/23h				
Algarve	18/23h				Dia 23/5
Guarda	18/23h				
Leiria			15/20h	15/20h	
FAUL	18/23h				
Portalegre	18/23h				
Porto			15/19h		
Santarem	18/23h				
Setubal	18/22h				Dia 1/6
V. Castelo	18/23h				
V. Real	18/23h				
Viseu	18/23h	18/23h			
Açores	18/23h				
Madeira	18/23h		18/23h		
Fro	18/23h				
Alemanha	*****				
Benelux					Dia 11/5
França	*****				
Suiça	*****				
R. Europa	*****				

*Os cidadãos europeus têm o dever de honrar a herança multicultural europeia, e em particular o legado político de todos aqueles, pensadores e povos, que contribuíram para o desenvolvimento do ideário de convivência democrática e de solidariedade social. Significa isto que, ao nível local, temos de ser capazes de resistir à tendência para nos tornarmos meros consumidores/espectadores do processo político, recusando a americanização do funcionamento dos partidos.*

*Can't you see, it all makes perfect sense, expressed in dollars and cents, pounds, shillings and pence...*<sup>(1)</sup>  
(Roger Waters, trecho do álbum musical "Amused to Death")

No momento actual em que tanto se fala de globalização, quero desde já afirmar que sou um adepto das respectivas vantagens. Refiro-me expressamente às vantagens e não à globalização em si, já que esta constitui uma etapa irreversível da história da humanidade e portanto o que está em causa não é a aceitação ou a recusa do processo histórico, mas sim a forma como podemos, através das nossas atitudes políticas, participar no processo de forma a torná-lo favorável aos nossos ideais socialistas de democracia, bem-estar social, paz e cooperação internacional.

Os últimos acontecimentos ao nível mundial demonstram que os E.U.A. pretendem impor, primeiro pela persuasão, depois pela força, um modelo global baseado no ultra-liberalismo das relações económicas, com submissão do poder político ao poder económico, com desprezo total pela diversidade cultural dos povos e sem qualquer respeito pelas vidas humanas. Na mesma lógica que confunde desenvolvimento com crescimento económico, os EUA recusam-se a assinar protocolos internacionais cujo objectivo é travar a degradação ambiental do planeta. O sofrimento causado (de imediato e a médio prazo) a inúmeros povos, quer por este motivo, quer pelo uso da força militar à revelia do direito internacional, permite considerar que a actual governação norte-americana merece ser catalogada entre aqueles que praticam o terrorismo internacional.

Os cidadãos europeus têm o dever de honrar a herança multicultural europeia, e em particular o legado político de todos aqueles, pensadores e povos, que contribuíram para o desenvolvimento do ideário de convivência democrática e de solidariedade social. Significa isto que, ao nível local, temos de ser capazes de resistir à tendência para nos tornarmos meros consumidores/espectadores do processo político, recusando a americanização do funcionamento dos partidos.

Quando me refiro à americanização do funcionamento dos partidos não me estou a referir a quaisquer ligações, políticas ou afectivas, aos Estados Unidos. Refiro-me, isso sim, a uma forma de funcionamento em que, regra geral, os alinhamentos e fidelidades são gerados por via dos lobbies económicos e das teias de interesses pessoais, relegando para segundo plano os objectivos políticos da participação democrática dos indivíduos nas organizações.

Uma das consequências mais frequentes deste tipo de funcionamento é a forma

## DO GLOBAL PARA O LOCAL: O DEVER DO INCONFORMISMO

como, por vezes, ele se reflecte na gestão autárquica. Quando os eleitos para o poder autárquico se dispõem a servir interesses económicos contrários aos objectivos políticos da acção partidária, submetendo, ao nível local, os interesses políticos aos interesses económicos, estão a actuar sob a mesma lógica que condenamos ao nível internacional. Há que reflectir se, previamente às últimas derrotas eleitorais do PS, não terá havido um excesso de "política à americana" em certos níveis da organização partidária interna.

Estamos num momento crucial da vida política, seja ela local, nacional ou mundial. Trata-se de decidirmos, individualmente, cada um de nós, se a nossa militância política tem força e vontade de superar o estado de consumidor/espectador. Há que recusar a compra e venda da consciência política, mantendo a independência e o espírito crítico. Não deixemos que a dimensão dos fenómenos globais sirva para justificar o conformismo. Pensemos globalmente e actuemos localmente. Não retiremos a nós próprios a liberdade de pensamento.

Apetece, a propósito, citar a seguinte passagem de um estudo de Vasco de Magalhães-Vilhena sobre António Sérgio<sup>(2)</sup>:

"É pela reforma da mentalidade, e particularmente da «mentalidade de elite», que a filosofia sergiana, idealista da base ao topo, visa integrar-se na realidade social portuguesa. O que Sérgio quer significar por aquela máxima de «reforma da mentalidade» não é, antes de mais, uma mera modificação no conteúdo das crenças, das convicções de cada um, e sim, em primeiro de tudo, na forma de pensamento dos homens. Quer dizer: a passagem da mentalidade acritica, dogmática, a do absolutismo sectário, para a da correcção incessante, para a da discussão aberta, para a investigação contínua»<sup>(3)</sup>. De aí o seu escopo: «intervir sem traís»<sup>(4)</sup>, de «mãos limpas», sem demissão cívica, sem *vendicidismo*, sem desespero trágico, sem *cesarismo* de aristocratas-chefes."

É importante apercebermo-nos como o pensamento de António Sérgio ainda nos faz tanta falta.

Notas:

- (1) Tradução: *Não consegues ver que tudo faz sentido quando expresso em dólares e céntimos, libras e xelins...*
- (2) Vasco de Magalhães-Vilhena - *António Sérgio: o idealismo crítico e a crise da ideologia burguesa*, Edições Cosmos, Lisboa, 1975, p.106;
- (3) *História de Portugal, I: Introdução Geográfica*, Lisboa, 1941, p.238;
- (4) *Seara Nova*, nº 1016-1017, Lisboa, 1947, p.37.



MIGUEL FIGUEIREDO

migzal@mail.telepac.pt

### CORREIO DOS LEITORES

*O Acção Socialista inicia nesta edição uma nova rubrica designada "Correio dos Leitores", aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Acção" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível.*

*Os endereços são: accaossocialista@ps.pt ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa*

## CARTA ABERTA AOS MILITANTES DO PS

Sou um militante anónimo, que tem acompanhado com algum inconformismo a situação do PS. Vive-se, parece-me, um estado de alguma letargia interna que importa inverter. É necessário agitar consciências e mobilizar-mo-nos para a luta política.

É preciso fazer passar a mensagem de que existe um projecto político alternativo, com outro tipo de preocupações. Um projecto diferente daquele que ultimamente nos têm imposto. Um projecto de esperança, em que o social prevalece sobre o económico. Um projecto em que o cidadão é uma pessoa e não um mera estatística.

É importante trazer o cidadão comum para o debate e a troca de ideias à volta das propostas do Partido. Levá-lo a manifestar a sua opinião. Fazê-lo sentir figura central e primordial de um debate que se pretende alargado a todos os cidadãos, independentemente dos ideais políticos que perfilhem.

Para tal, há que unir esforços e vontades. Por de parte fricções pessoais que, mais que unir, apenas servem para dividir e dar ânimo aos adversários políticos. E ter sempre presente o que o Secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, tem afirmado, na sequência da realização das eleições federativas: "Os nossos adversários estão todos fora do PS". Só com unidade poderemos estar fortemente preparados para as próximas batalhas políticas que se avizinham.

Rui Valentim  
Militante nº 58455



### Debate Concelhia de Lisboa

Auditório Carlos Paredes - JF de Benfica  
15 de Maio, 21.30h

Com a participação dos candidatos a Presidente da Comissão Política Concelhia de Lisboa  
Filipe Costa • José Leitão • Miguel Coelho

Moderador Luís Novaes Tito

Secção Benfica e S. Domingos de Benfica  
Rua José Batista Sousa, 13/A - 1500 Lisboa  
www.psbefica.sitepac.pt • psbefica@mail.sitepac.pt

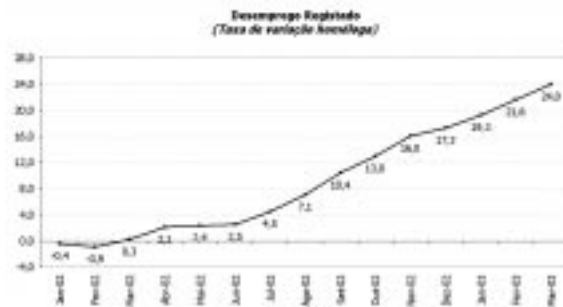
### O «ACÇÃO» ERROU

O Presidente da Federação do PS/Braga é Joaquim Barreto e não Mesquita Machado, como por lapsos publicámos na página 17 da última edição.

# OS NÚMEROS DA CRISE ECONÓMICA E SOCIAL

## O DESEMPREGO CRESCE...

### DESEMPREGO (MARÇO DE 2003)



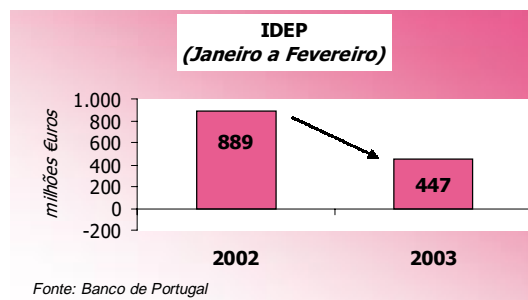
Em Março, o nº de desempregados inscritos nos Centros de Emprego ultrapassou os 420 mil (421.058), sendo o aumento de 24% em relação a Março do ano passado: mais 81 mil e 486 indivíduos desempregados.

É o maior aumento do desemprego nos últimos 16 anos.

Entretanto, os números conhecidos de Abril atiram a taxa de desemprego para os 7%!!

## O INVESTIMENTO DESCE...

### INVESTIMENTO DIRECTO DO ESTRANGEIRO EM PORTUGAL (IDEP)



De Janeiro a Fevereiro deste ano, o investimento directo estrangeiro realizado em Portugal baixou 50%, em relação ao mesmo período do ano passado: menos 447 milhões de euros investidos em Portugal.

Os investimentos da Espanha e Alemanha (maiores investidores estrangeiros em 2002) caíram 53% e 86%, respectivamente.

## AS PROJEÇÕES CONFIRMAM A CRISE

### PROJEÇÕES ECONÓMICAS DA OCDE (ABRIL DE 2003)

	Portugal			União Europeia		
	2002	2003	2004	2002	2003	2004
PIB	0,5	0,3	2,3	1,0	1,2	2,4
Inflação	3,7	3,2	2,2	2,5	1,9	1,8
Taxa de desemprego	5,1	6,4	6,3	7,6	8,0	7,9

De acordo com as previsões da OCDE, a economia portuguesa deverá crescer este ano apenas 0,3%, enquanto na União Europeia a projecção aponta para um crescimento de 1,2%. Para 2004, a OCDE prevê um crescimento do PIB de 2,3% para Portugal e 2,4% para a UE.

A inflação deverá situar-se, este ano em 3,2%, baixando, em 2004, para 2,2%. Na União Europeia ela será claramente mais baixa.

A taxa de desemprego deverá disparar este ano para 6,4%, devendo manter-se elevada no ano seguinte, estando, deste modo, a aproximar-se dos valores médios da UE: o diferencial passará de 2,5 pontos percentuais em 2002 para 1,6 em 2003 e 2004, o que não acontecia desde 1986.

**Acção**  
**Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvano Gomes da Silva silvano@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt  
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval  
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33  
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o